



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO- CAMPUS I  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
MESTRADO PROFISSIONAL– MPEJA**

**DANIELY CONCEIÇÃO SOUZA ROCHA**

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O DESENHO UNIVERSAL PARA A  
APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Salvador

2023

**DANIELY CONCEIÇÃO SOUZA ROCHA**

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O DESENHO UNIVERSAL PARA A  
APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA.  
Departamento de Educação- Campus I, Universidade do Estado da Bahia,  
como requisito final para obtenção do Grau de Mestre em Educação de Jovens e Adultos.  
Área de Concentração 2 – Formação de Professores e Políticas Públicas.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Patrícia Carla da Hora Correia

Salvador

2023

<p><b>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA</b></p> <p>Reconhecido Homologado pelo CNE (Portaria MEC nº 1009, DOU de 11/10/13, seção 1, pág. 13.)</p> <p><b>MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - MPEJA</b></p>	 	
---	--	---

## FOLHA DE APROVAÇÃO

### “O DESENHO UNIVERSAL DE APRENDIZAGEM PARA INCLUSÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA”

**DANIELY CONCEIÇÃO SOUZA ROCHA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) em Educação de Jovens e Adultos – Mestrado Profissional - MPEJA, em 21 de dezembro de 2023, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



Profa. Dra. Patrícia Carla Da Hora Correia (UNEB)  
Doutorado em Educação  
Universidade Federal da Bahia



Prof. Dr. César Costa Vitorino (UNEB)  
Doutorado Estudos de Linguagens  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Documento assinado digitalmente  
gov.br FERNANDA MATRIGANI MERCADO GUTIERRES DE  
Data: 22/12/2023 19:15:49-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. FERNANDA MATRIGANI MERCADO GUTIERRES DE QUEIROZ (UFBA)  
Doutorado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento  
Humano Universidade de São Paulo

## FICHA CATALOGRÁFICA

Biblioteca Professor **Edivaldo Machado Boaventura - UNEB – Campus I**

**Bibliotecária: Célia Maria da Costa – CRB5/918**

R672f Rocha, Daniely Conceição Souza

Formação de professores: o desenho universal para a aprendizagem na educação de jovens e adultos / Daniely Conceição Souza Rocha .- Salvador, 2023.

98 f. : il.

Orientadora: Patrícia Carla da Hora Correia.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos - MPEJA, Campus I. 2023.

Contém referências.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Educação inclusiva. 3. Professores – Formação. 4. Desenho universal I. Correia, Patrícia Carla da Hora. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. III. Título.

## AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada, gostaria de expressar minha profunda gratidão a Deus por todas as bênçãos que recebi ao longo da minha vida, incluindo a conclusão bem-sucedida da minha dissertação de mestrado. Sem o Seu amor e apoio, nada disso teria sido possível.

Aos meus pais, agradeço por todo o incentivo que me deram durante toda a minha vida, especialmente durante os momentos desafiadores do meu projeto de pesquisa. Os sacrifícios, dedicação e encorajamento que vocês fizeram por mim foram fundamentais para que eu chegasse até aqui, tenham certeza.

À minha orientadora Dr<sup>a</sup> Patrícia Carla da Hora Correia, agradeço do fundo do meu coração por todo o tempo e esforço dedicados à minha pesquisa. Seus conselhos, sugestões e feedback me ajudaram a crescer academicamente e a desenvolver meu projeto de pesquisa da melhor maneira possível.

Ao Colégio Central Da Bahia e aos professores que participaram da pesquisa, sou grata pelo acesso às informações e dados necessários para o meu trabalho. Agradeço também pela disposição em colaborar comigo e participar ativamente da minha pesquisa.

Agradeço ao meu noivo Anderson Ferrer, que foi meu amigo, confidente e companheiro ao longo do período tumultuado do meu projeto de pesquisa. Seu apoio emocional e encorajamento me ajudaram a manter a motivação e a confiança em mim mesma.

Por fim, agradeço aos meus amigos mais próximos, que sempre estiveram lá para me apoiar, encorajar e me alegrar, especialmente Taiane Dantas e Guioneide Santana. A amizade de vocês é inestimável e é uma grande bênção na minha vida.

A todos que mencionei e a todos que não mencionei, por terem sido uma parte tão importante da minha jornada acadêmica e pessoal, serei eternamente grata. Obrigada por me ajudar a alcançar este marco em minha vida.

ROCHA, Daniely Conceição Souza. **O Desenho Universal de Aprendizagem para Inclusão de Jovens e Adultos: Uma experiência formativa**. 2023. Dissertação (Mestrado). Departamento de Educação do Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2023.

## RESUMO

O Desenho Universal da Aprendizagem (DUA) é uma abordagem de aprendizagem no qual, no Brasil, há um número escasso de pesquisas empíricas que versam sobre o tema. Trata-se de uma proposta utilizada a fim de promover um currículo inclusivo e uma educação igualitária e de qualidade. A Educação de Jovens e Adultos (EJA), na perspectiva de Educação Para Todos, engloba um público ativo na eficácia dessa ferramenta, visto que a adaptação do currículo educacional para as necessidades dos alunos da EJA se dá em conjunto com as práticas pedagógicas e recursos didáticos encontrados na atuação do DUA. Diante do exposto, esta pesquisa emerge com o seguinte questionamento: como o Desenho Universal de Aprendizagem é utilizado por docentes na inclusão de Jovens e Adultos com deficiência no Colégio Estadual da Bahia – Central? Como objetivo geral, busca-se compreender as possibilidades pedagógicas do Desenho Universal de Aprendizagem - DUA na inclusão de Jovens e Adultos por professores do Colégio Estadual da Bahia – Central. Para discutir tal problemática, essa pesquisa conta com um percurso metodológico de abordagem qualitativa, pautada na pesquisa-ação (Thiollent, 1986) e, tendo como instrumento de pesquisa observação sistemática, um questionário organizado no google formulário, chamado de questionário 1, um plano de ação composto por uma trilha de formativa e um questionário 2 para analisar o que o professor aprendeu. Os sujeitos a serem pesquisados serão cinco professores da Educação de Jovens e Adultos do Colégio Estadual da Bahia – Central que têm em suas turmas educandos diagnosticados com deficiência. Ademais, a fundamentação teórica dessa pesquisa dispõe de capítulos que abordarão as discussões acerca da Educação de Jovens e Adultos, a abordagem da DUA numa Educação para Todos além de evidenciar problemáticas acerca da formação de professores e das práticas voltadas para a temática desta dissertação. Ambos os capítulos se integram com intuito de unificar as informações coletadas, analisadas, obtidas e evidenciadas durante todo o processo de desenvolvimento deste projeto.

**Palavras-chave:** educação de jovens e adultos; educação inclusiva; desenho universal da aprendizagem; práticas pedagógicas; recursos didáticos.

ROCHA, Daniely Conceição Souza. **Universal Learning Design for Youth and Adult Inclusion: A formative experience.** 2022. Dissertation ( Master's). Department of Education of Campus I, State University of Bahia, Salvador, 2022.

## **ABSTRACT**

The Universal Design of Learning is a learning approach in Brazil, where there is a little number of empirical research on the subject. It is a proposal used to promote an inclusive curriculum and and equal, quality education. Youth and Adults Education, in the perspective of Education for all, encompasses an active audience in the effectiveness of this tool, since the adaptation of the educational curriculum to the needs of EJA students takes place in conjunction with pedagogical practices and didactic resources found in the performance of the Universal Learning Design. Given the above, this research emerges with the following question: how the Universal Learning Design is used for the inclusion of Youth and Adults with disabilities in the school state of Bahia – Central? The general objective is to understand the pedagogical possibilities of Universal Learning Design in the inclusion of young people and adults by teachers at the State College of Bahia - Central. In order to discuss this issue, this research is based on a qualitative methodological approach, based on action research, with systematic observation as the research instrument, a questionnaire organized in google form, called questionnaire 1, an action plan consisting of a formative trail and a questionnaire 2 to analyze what the teacher has learned. The subjects to be researched will be teachers of Youth and Adult Education at the State College of Bahia - Central who have students diagnosed with disabilities in their classes. In addition, the theoretical basis of this research includes chapters that address the discussions on Youth and Adult Education, the approach of DUA in Education for All, as well as highlighting problems with teacher training and practices focused on the theme of this dissertation. Both chapters are integrated in order to unify the information collected, analyzed, obtained and evidenced throughout the process of developing this project.

**Keywords:** Inclusive education; youth and adult education; universal learning design; pedagogical practices; teaching resources.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEA - Centro Educacional Magalhães Neto  
CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos  
CEE – Cadastro Estadual de Entidades  
CEB - Colégio Estadual Da Bahia  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CNPQ - Conselho Nacional De Desenvolvimento Científico E Tecnológico  
CPA - Comissão Permanente De Avaliação  
DUA - Desenho Universal De Aprendizagem  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
EI- Educação Inclusiva  
EJA - Educação De Jovens E Adultos  
LBI - Lei Brasileira De Inclusão  
LPBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
PCD – Pessoa Com Deficiência  
MEB – Movimento Educação de Base  
MPEJA - Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos  
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Educação  
NEE – Necessidades Educacionais Especiais  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PPP – Projeto Político Pedagógico  
PROGEI - Programa de Educação Inclusiva  
SEA – Serviço de Educação de Adultos  
SCIELO - Scientific Electronic Library Online  
TCLE - Termo de Consentimento Livre Esclarecido  
UNEB - Universidade do Estado da Bahia  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1 -	Localização geográfica do CEB .....	56
Figura 2 -	Sala de recursos multifuncional do CEB .....	56
Figura 3 -	Fachada do CEB .....	57
Figura 4 -	Representação simbólica dos participantes .....	59
Figura 5 -	Tela inicial da plataforma Padlet .....	67
Figura 6 -	Tela inicial da Trilha Formativa .....	68
Figura 7 -	Organização didático-metodológica do plano de ação .....	69
Figura 8 -	Registro de aula de geografia que o educador se refere .....	75
Figura 9 -	Festa de Halloween .....	77
Figura 10 -	Gincana escolar .....	79

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b>	<b>18</b>
2.1 A LEGISLAÇÃO, A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	26
2.2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E LEGISLAÇÃO	34
<b>3 O DESENHO UNIVERSAL DE APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO PARA TODOS</b>	<b>38</b>
<b>4 O PROPÓSITO DO CURRÍCULO DUA</b>	<b>45</b>
4.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	47
<b>5 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA</b>	<b>53</b>
5.1 ABORDAGEM QUALITATIVA	53
5.2 PESQUISA AÇÃO	54
5.3 LOCUS DA PESQUISA	56
5.3.1 Colaboradores (Sujeitos) da Pesquisa – Os Professores da EJA	59
5.3.2 Dinâmica da Pesquisa	61
5.3.3 Aporte Teórico Da Pesquisa	61
5.3.4. O Procedimento da Pesquisa	62
5.4 DISPOSITIVO DE PESQUISA	63
5.4.1 Observação Sistemática	63
<b>6 A TRILHA FORMATIVA</b>	<b>67</b>
<b>7 O DESENHO UNIVERSAL DE APRENDIZAGEM PARA INCLUSÃO DE JOVENS E ADULTOS: ANÁLISE DOS DADOS</b>	<b>69</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>80</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>85</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>90</b>
<b>ANEXO A- PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP</b>	<b>90</b>
<b>ANEXO B – QUESTIONÁRIO 1</b>	<b>93</b>
<b>ANEXO C – QUESTIONÁRIO 2</b>	<b>96</b>
<b>ANEXO D – O DESENHO UNIVERSAL DE APRENDIZAGEM – DUA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DA EJA</b>	<b>98</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No meu entender o que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescenta à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador. (FREIRE, 1996, p.16).

É de conhecimento geral que a educação tem caráter formativo e poder de transformação, em seu viés social, cultural, acadêmico ou ideológico. Por intermédio dela se constrói conceitos, valores, princípios e saberes indispensáveis para a evolução da natureza humana, na qual se interliga o processo de aprendizagem. Todo aprendizado se dá através da Educação, seja ela na escola, na família ou na sociedade, e por isso, ela é tão poderosa. Acreditar no poder da Educação é um passo fundamental para, de fato, educar.

Os avanços da Educação acarretam mudanças não só no cotidiano da sociedade, mas também no mercado de trabalho, o que gera interesse de demais instituições, especialmente a governamental e política. À medida que essa evolução acontece, as problemáticas compreendidas nos seus processos se acentuam, trazendo-nos para a realidade hoje encontrada. O acesso de qualidade, que deveria ser gratuito a todos, é banalizado tanto financeiramente quanto culturalmente. A falta de investimentos impacta na formação de profissionais, na manutenção de instituições acadêmicas, nos materiais utilizados nas escolas, e, principalmente, na qualidade que será fornecida aos cidadãos, ou seja, a falta de investimentos na Educação é o principal contribuinte para a sua desvalorização.

Na Educação Inclusiva e na EJA, essas problemáticas já acentuadas se tornam um desafio diário, pois as políticas de exclusão, segregação e integração são recorrentemente encontradas no cotidiano das escolas ditas inclusivas.

Amparada por Lei, a EJA é uma modalidade de ensino direcionada a pessoas que tiveram o acesso ao ensino regular dificultado ou impedido, seja pelas condições sociais, culturais ou de saúde. Tanto na EJA quanto na Educação Inclusiva é preciso ter um olhar cuidadoso para as pessoas que delas participam, garantindo a aprendizagem de todos, respeitando as potencialidades e especificidades de cada um.

As Leis que abrangem a Educação em geral, principalmente no Brasil, partem do pressuposto que todos os cidadãos frequentam as escolas e nas devidas

condições socioeconômicas, entretanto, não há coerência entre a realidade encontrada no país e a apontada nos regulamentos, evidenciando uma abrangência equivocada.

A minha <sup>1</sup>motivação para estudar Inclusão e a EJA se deu quando me encontrava no curso de Licenciatura em Pedagogia pela alegria de presenciar, pela primeira vez, a minha avó escrevendo o seu nome. Nas brincadeiras infantis sempre fingia ser a professora da Escola, e os alunos eram os amigos e familiares. Ao adentrar no segundo período da faculdade, ingressei como Monitora de Extensão no Programa de Educação Inclusiva -PROGEI<sup>2</sup>, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia da Hora com certificação pelo CNPQ. A experiência me permitiu auxiliar nas aulas de LIBRAS da Universidade e despertou o apreço para direcionar os meus estudos na Educação Inclusiva, no qual também posso inserir a EJA. Tais experiências foram pontuais para guiar o meu olhar pedagógico e seguimento de carreira.

A fim de aprofundar os estudos nesse segmento, me inscrevi no Programa de Iniciação Científica, no qual atuei no CEA Magalhães Neto analisando como se dava o processo de inclusão na Instituição e, após o fechamento da mesma, fui realocada para o Colégio Central da Bahia; participei dos Encontros Baianos e Nacionais de Pedagogia em diversas cidades para agregar conhecimentos que estão sendo fundamentais na minha caminhada pessoal e profissional; e atuei no Programa de Residência Pedagógica da Universidade, o contato com as trilhas de aprendizagens ocorreu em uma conversa com a orientadora. Nos últimos semestres da graduação, também fiz uma Pós-Graduação Lato Sensu em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional, que me deu mais embasamento para seguir com o propósito desta pesquisa.

A partir dessas experiências pessoais que foram mencionadas, adentrei na pesquisa sobre o Desenho Universal de Aprendizagem (DUA) que é um conjunto de princípios, estratégias e ações que visam tornar o ensino mais acessível e funcional a todos. O DUA pensado para a área da Educação foi elaborado, inicialmente, nos Estados Unidos na Universidade de Harvard por volta de 1990. Eu tinha acabado de

---

<sup>1</sup> A partir deste momento, utilizarei a primeira pessoa na escrita, com o propósito de descrever os fatos que me motivaram a desenvolver.

<sup>2</sup> O PROGEI surgiu em junho de 2013 e sua proposta pedagógica foi pensada com a finalidade de propor ações/formações com foco na inclusão da pessoa com deficiência na UNEB Campus I, e posteriormente estender essas ações a todos os Campi e comunidade externa.

ingressar no mestrado e no qual reparei a escassez de materiais sobre a temática e o quanto era pouco discutido mesmo se mostrando uma ferramenta em potencial. Visto isso, o presente estudo se justifica pela necessidade de investigar práticas pedagógicas que promovam a inclusão escolar, considerando a diversidade presente nas salas de aula e as especificidades dos alunos com deficiência. Além disso, a análise das experiências formativas relacionadas ao DUA pode contribuir para o desenvolvimento profissional dos docentes e para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo.

O processo de inclusão de Jovens e Adultos no ensino regular, mesmo assegurado por Lei, ainda é considerado comprometido e banalizado. Mesmo com os investimentos em regulamentos, propagandas governamentais, exigências do mercado e do meio sociocultural, a falta de capital aplicada na formação continuada de professores impacta fortemente na qualidade com a qual esse ensino é oferecido. Tratar da formação continuada não é só investir em atividades acadêmicas, mas também fornecer a todo corpo escolar condições para saber lidar com as dificuldades sociais, culturais, financeiras e cognitivas dos alunos. Para tal, essa pesquisa parte do seguinte questionamento: como o Desenho Universal de Aprendizagem é utilizado por docentes na inclusão de Jovens e Adultos com deficiência no Colégio Estadual da Bahia – Central?

Para lidar com tal questão, esse trabalho tem como objetivo geral compreender as possibilidades pedagógicas do Desenho Universal de Aprendizagem - DUA na inclusão de Jovens e Adultos por professores do Colégio Estadual da Bahia – Central. E com propósito de alcançar o objetivo da pesquisa, tem-se por objetivos específicos identificar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) os aspectos epistemológicos, legais e históricos das práticas pedagógicas dos professores desse segmento, discutir como ocorre a aplicação das atividades pedagógicas do aluno da EJA com deficiência considerando o Desenho Universal de Aprendizagem (DUA) e analisar a utilização do DUA por alguns professores do Colégio Central com vistas à criação de uma Trilha Formativa.

As discussões acerca dessa problemática destacam a necessidade de desenvolver processos e recursos pedagógicos que atuarão frente aos desafios impostos pela educação inclusiva, e com base nas características inerentes às trilhas de aprendizagens para formação do professor.

O DUA não é utilizado somente para propostas de ensino no panorama

inclusivo. As suas metodologias podem ser utilizadas para desenvolver quaisquer tipos de atividades e direcionadas para todos os alunos. Para tal, o ponto principal dessa dissertação propõe investigar como essa proposta atua como ferramenta importante no processo de inclusão de Jovens e Adultos, não só contribuindo para o avanço destes, como também atuando como um método de domínio dos professores adquirido através de experiências formativas e capacitações continuadas.

Educar é acreditar nas possibilidades do ser humano e na capacidade que este tem de buscar seu crescimento pessoal e profissional. O principal suporte para atender a essa demanda, é tornar a escola um espaço inclusivo, no qual a educação é tratada como um direito de todo ser humano e, portanto, um direito universal, como é estabelecido na Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. O incômodo gerado ao ver jovens e adultos fora da idade escolar e com deficiência sem a oportunidade de acesso a uma educação de qualidade e inclusiva, evidencia a importância de se discutir essa pauta em âmbito institucional, como por exemplo, no plano das Ciências Sociais, da Pedagogia e demais áreas do conhecimento.

A abordagem escolhida para esta pesquisa é a qualitativa, visto que ela permite estudar fenômenos que envolvem seres humanos e suas complexas relações sociais as quais se estabelecem nos variados espaços (SEVERINO, 2016). Como estratégia metodológica, optamos pela pesquisa-ação quanto aos procedimentos. No campo educacional, a pesquisa-ação quanto a abordagem qualitativa se distingue das pesquisas convencionais porque seu foco está na produção de conhecimentos e ideias com vistas a transformar uma realidade, não se restringindo a uma simples descrição da situação. As técnicas selecionadas para coletar as informações serão a observação, a entrevista e um plano de ação composto de jogos cooperativos digitais. Para analisar os dados, seguiremos o método proposto por Lüdke e André (2017).

Por entender que está escrita disporá de uma realidade escolar observada previamente, o campo dessa pesquisa será o Colégio Estadual da Bahia (Colégio Central), em Salvador – Bahia. E, desse modo, determinou-se que os participantes da pesquisa sejam os professores da EJA do turno matutino que possuem em suas turmas alunos com deficiência, visto que está escrita será de intensa contribuição para a atuação destes e melhorias nas disposições de trabalho.

Ademais, essa pesquisa contará com três fases instrumentais. A primeira fase, o questionário 1, consiste em uma coleta de dados através da aplicação de um questionário pela plataforma google forms. Essa fase inicial servirá para que a

pesquisadora consiga compreender os conhecimentos e percepções prévias sobre o DUA e sobre a Educação Inclusiva dos sujeitos da pesquisa, e através dessa coleta, será possível a construção da trilha formativa que será o plano de ação da pesquisa e por fim, um pós-teste para analisar o que foi aprendido pelo professor. A segunda fase contará com a criação de um site nomeado Trilha Formativa<sup>3</sup>, o qual a pesquisadora irá criar um curso a ser executado pelos sujeitos de pesquisa. O curso irá oportunizar a compreensão de conceitos indicados nesta dissertação, oferecer a obtenção de novos conhecimentos a partir de suas práticas e contribuirá com a formação continuada dos sujeitos visando, principalmente, uma nova perspectiva sobre as metodologias a serem utilizadas nas propostas de ensino da EJA.

A terceira e última fase, será uma nova aplicação de questionário, para que sejam feitas comparações entre as duas respostas. Essa última fase é fundamental para a eficácia da pesquisa, pois através dela haverá a compreensão do que foi aprendido e apreendido, assim como a inserção de novas propostas e a ampliação de conhecimentos teóricos e práticos que serão atribuídos ao cotidiano escolar.

Para abranger todas as vertentes as quais essa pesquisa percorre, ela será dividida em 05 sessões, sendo, respectivamente, Introdução, A Educação de Jovens e Adultos na Educação Inclusiva; O DUA na perspectiva de Educação para Todos; Percursos Metodológico e Análises de Dados.

Para o embasamento teórico desta obra, foram utilizadas diversas pesquisas das principais temáticas que serão discutidas, tais como, Educação Inclusiva, EJA, DUA, Formação de Professores e Currículo, acreditando-se ser de extrema necessidade compreender tudo o que engloba tais assuntos e as suas intercessões.

Dessa forma, autores como Sassaki (1997) e Camargo (2017) para abordar preceitos sobre a inclusão educacional e escolar; dentre outros autores que discutem sobre a Educação de Jovens e Adultos, destaca-se, nessa pesquisa, Arroyo (2006) e suas afirmações em defesa de um ensino emancipatório na EJA e também Nunes e Madureira (2015). Ademais, esse projeto aborda as premissas de Tardif e Lessard (2005) e MORI (1983) na visão epistemológica da formação de professores e na importância de se fazer um ideal construtivista nessas experiências formativas. Acerca do DUA, as contribuições de Zimmermann e Kittel (2019) e Zerbato e Mendes (2021) Corrêa-Telles, Rios e Queiroz (2023) nos fornecem dados extremamente atualizados,

---

<sup>3</sup> Trilha Formativa são itinerários teórico-práticos sobre Educação, disponibilizados em conteúdo multimídia, cujo formato oportuniza diferentes e individualizados percursos de formação continuada.

completos e paralelos à realidade escolar atual, focando especialmente em docência e inclusão.

Além dos autores acima mencionados, outros diversos foram utilizados para direcionar essa pesquisa à solução da sua problemática e essas contribuições foram fundamentais para proporcionar à pesquisa uma base teórica concreta e incitante à discussão. Ademais, os conhecimentos adquiridos a partir das experiências formativas da pesquisadora foram de suma importância para o desenvolvimento e percurso dessa investigação no qual obterá um resultado ativamente forte nos estudos futuros sobre Educação.

A temática tratada nesta dissertação abriga uma extensão significativa de fatores recorrentes na Educação Brasileira. O DUA é um método pouco divulgado e comentado nas instituições acadêmicas, especialmente na formação de professores. Entretanto, é uma ferramenta muito poderosa e abrangente, quando combinada com um planejamento pedagógico adequado, garante um processo de aprendizagem completo.

Nas graduações de Licenciatura, também é explícito a necessidade de uma demanda maior na carga horária dedicada à disciplina da EJA e da Educação Inclusiva, que está abrigada também nesses investimentos. As discussões dentro das faculdades de Educação retratam uma sede de maiores experiências na área de inclusão (teórica e prática) e, conseqüentemente, numa formação mais completa para que estes profissionais possam oferecer um ensino inclusivo, acessível e de qualidade para todos.

Por diversas vezes estigmatizados socialmente, os jovens e adultos com deficiência seguem quebrando barreiras para ter acesso a um ensino inclusivo, contudo, em uma sociedade tão tecnologicamente desenvolvida, não deveria haver impedimentos para a eficácia dessas lutas.

As reflexões e descobertas obtidas através da pesquisa serão de grande valia para a compreensão da importância de experiências formativas na criação de oportunidades para promover uma educação inclusiva, acessível e de qualidade, pois educar significa acreditar nas possibilidades do ser humano, buscando seu crescimento pessoal e profissional.

Espera-se que os resultados obtidos possam contribuir para o aprimoramento das práticas pedagógicas relacionadas à inclusão de jovens e adultos com deficiência no Colégio Estadual da Bahia – Central, bem como para a disseminação do Desenho

Universal de Aprendizagem como uma estratégia eficaz na promoção da equidade e qualidade na educação. Além disso, pretende-se fomentar o debate acerca da formação docente voltada para a inclusão escolar, destacando a importância da formação inicial e continuada dos professores nesse processo.

A formação inicial dos professores é uma etapa fundamental em seu processo formativo, pois é nesse momento que adquirem conhecimentos teóricos, práticos e pedagógicos necessários para o exercício da profissão. No entanto, é importante reconhecer que essa formação é apenas o início de uma trajetória profissional, que demanda aprendizagem contínua e atualização constante. Segundo Pimenta (1994) a formação inicial de professores deve ser articulada à realidade das escolas e à formação contínua.

Para o autor é necessário repensar a formação docente inicial, que nos cursos de licenciaturas, tem no seu currículo formal conteúdos e estágios longe da realidade das escolas, interferindo assim, para a formação de uma nova perspectiva docente. (PIMENTA, 1996). Até os dias atuais, existem algumas limitações na formação inicial dos professores que têm impactos significativos na prática docente, uma delas é o distanciamento entre a teoria e a prática. Muitas vezes, a formação inicial é centrada em conteúdos teóricos e acadêmicos, deixando pouco espaço para a vivência prática em sala de aula. Isso faz com que os professores se sintam despreparados para lidar com os desafios do cotidiano escolar.

Outro aspecto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB referente à formação continuada corresponde ao Artigo 67, Inciso II, o qual estabelece que “os sistemas de ensino promoverão aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim”. Cabe destacar, que essa determinação da LDB, não tem sido totalmente respeitada, prejudicando sobremaneira a possibilidade de acesso ao aperfeiçoamento profissional dos professores que, por não possuírem incentivos institucionais (“licenciamento periódico remunerado”), encontram condições desfavoráveis para darem continuidade a sua formação como docentes.

Marcelo García (1998), em relação ao currículo da formação inicial de professores, afirma que o conhecimento não se refere somente às áreas do saber pedagógico, que são os conhecimentos teóricos e conceituais, mas se refere diretamente às áreas do saber-fazer, que correspondem aos esquemas práticos de ensino, e ao saber o porquê, ou seja, à justificativa da prática. O referido autor também

ressalta que o conhecimento pedagógico deve possibilitar a compreensão e a análise das experiências de classe; dos trabalhos dos estudantes; e dos fatores que contribuem com a aprendizagem pautada nos princípios da didática, da metodologia e da psicologia educacional.

## 2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O objetivo central deste capítulo é propor uma discussão sobre as principais nuances que envolvem o campo da Educação Especial e Inclusiva e fazer uma interlocução com a EJA. A educação de jovens e adultos na educação inclusiva é um tema de grande importância para a promoção da igualdade de oportunidades e o desenvolvimento social. A EJA é uma modalidade de ensino que visa aprimorar a educação para aqueles que não tiveram acesso à educação formal na idade adequada. Por outro lado, a educação inclusiva procura oferecer as mesmas oportunidades e igualdade de direitos a todos os grupos sociais.

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é uma proposta de ensino direcionada a alunos com qualquer tipo de deficiência, transtorno ou com altas habilidades em regulares. A Pessoa com Deficiência (PCD) é entendida na Lei Brasileira de Inclusão (LBI) como aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Para Rodriguez (2005, p.60 *apud* Nogueira, 2019, p.11):

A Educação Inclusiva é, pois, uma ruptura com os valores da escola tradicional. Rompe com o conceito de um desenvolvimento curricular único, com o aluno padrão estandardizado, de aprendizagem como transmissão, de escola como estrutura de reprodução. É, assim, muito ambiciosa como objetivo. Os professores, apesar de serem muitas vezes apontados como “bodes expiatórios” da inclusão, são a esperança dela.

A inclusão é uma questão fundamental na EJA, pois muitos deles enfrentam barreiras socioeconômicas e culturais, o que muitas vezes os impede de alcançar um nível educacional adequado. A inclusão, portanto, é a chave para compensar essas desvantagens e garantir um futuro melhor.

Na educação inclusiva, a diversidade é um valor fundamental, e cada aluno é visto como único em suas necessidades especiais. Nesse sentido, os professores precisam ajustar seus métodos de ensino para atender às diferentes necessidades dos alunos. É necessário garantir que as adaptações pedagógicas e o uso de tecnologias avançadas possam ser aplicadas em todas as disciplinas, oferecendo oportunidades iguais a todos os alunos.

Na perspectiva de Nunes e Madureira (2015, p.28):

A educação inclusiva enquanto meta a atingir na sociedade atual constitui assim um movimento político, social e educacional que preconiza o direito de todos os indivíduos a acederem, participarem e contribuírem de forma ativa na sociedade, bem como o direito de serem aceitos e respeitados, independentemente das diferenças que revelem. Tal meta implica uma educação de qualidade, na qual para além de se valorizarem e respeitarem as características, interesses e necessidades individuais, se procura contribuir para o desenvolvimento de competências facilitadoras da participação e da cidadania.

Os movimentos em prol da Inclusão e, conseqüentemente da EI, atuam não somente pelos direitos de acessibilidade, mas também para que esses espaços compreendam as necessidades inclusivas e atuem fortemente nas suas modificações para que estejam preparados para serem, de fato, acessíveis e inclusivos.

Como mencionado anteriormente, essas modificações precisam ser inseridas nos currículos, nas infraestruturas, nas salas de aula, no mercado de trabalho, ou seja, em todos os espaços sociais e culturais. Acolher essas necessidades é compreender a inclusão, tal como Souza (2021, p.20) quando afirma que

Compreender, antes de qualquer coisa, as multifaces da inclusão é o primeiro passo para se fazer, de fato, inclusão. Tornar esse processo foco de discussão, estudo e informação, é o início dessa compreensão de tudo o que o envolve, de forma legal e social.

Entre as multifaces da Inclusão, está a EJA; assim como na EJA há alunos com deficiência que não frequentaram a escola na idade apropriada devido à precariedade das práticas inclusivas nas escolas públicas e privadas.

A inclusão de alunos com deficiência presentes na EJA em escolas do Brasil encontra barreiras desde o início da escolarização, muitas vezes por falta de preparo das escolas para acolher esses estudantes ou de políticas públicas eficientes. Tanto na EJA quanto na EI é preciso ter um olhar cuidadoso para as pessoas que delas participam, garantindo a aprendizagem de todos, respeitando as potencialidades e especificidades de cada um.

Segundo Arroyo (2006, p. 19):

A educação de jovens e adultos sempre fez parte da dinâmica da sociedade, da dinâmica mais emancipadora. A EJA se vincula muito mais aos processos de emancipação do que aos de regulação. Que a sociedade assuma, nessa dinâmica, a educação de jovens e adultos, que o governo e o sistema escolar somem e legitimem politicamente essa dinâmica emancipatória que vem da tradição da EJA.

Assim como a Educação Inclusiva, a EJA enfrenta cotidianamente a falta de investimentos do governo, assim como a falta de interesse da sociedade. Tal citação coloca em evidência um ponto de vista que vai além de apenas inserir esse público na EJA. Focar em uma educação emancipatória para esses indivíduos é garantir a eles maior autonomia para serem ativos na sociedade, além de oportunizar uma educação igualitária e de maior qualidade.

Na Educação Inclusiva, sobretudo se tratando de jovens e adultos, é preciso ter um olhar cuidadoso, garantindo a aprendizagem de todos, respeitando as potencialidades e especificidades de cada um, pois a inclusão exige dos professores múltiplos saberes da prática pedagógica inclusiva, tornando seu fazer pedagógico como uma possibilidade de prosseguimento dos estudos para esses alunos.

Aqueles que utilizam desse método de ensino são seres que, geralmente, encontram-se marginalizados à sociedade, ou seja, são minorias. Para tal, pode-se considerar a Educação de Jovens e Adultos como aderente à Educação Inclusiva, o qual os acessos são mais limitados e há uma recorrência nas queixas acerca do acolhimento das necessidades específicas dessa categoria.

De acordo com Melo (2006, p. 22)

O ensino, em termos de educação de jovens e adultos, para tornar-se inclusivo deve visar principalmente conhecimentos que possibilitem ao alunado a interação em situações diárias em que o conhecimento aprendido na escola se apresente de forma a propiciar um uso social.

Como dito, a EJA é uma modalidade de ensino direcionada às pessoas que não se encontram mais na idade escolar. Por essa modalidade ser ofertada prioritariamente no turno da noite, ela também acolhe jovens em idade escolar que devido às suas condições sociais e financeiras, trabalham durante a manhã e tarde e só têm disponibilidade de estudo à noite.

O conceito de EJA, no qual se assentam as políticas públicas voltadas aos jovens e adultos, está fundamentado na perspectiva de educação e aprendizagens ao longo da vida, conceito que vem consolidando-se nas Conferências Internacionais de Educação de Adultos. Neste sentido, compreende-se como essencial, não apenas a elevação de escolaridade nos processos formais de educação, com o acesso às turmas de alfabetização e continuidade nos demais segmentos, mas as experiências e vivências em contextos não formais e informais, pois contribuem para o desenvolvimento integral de cada indivíduo, ampliando sua capacidade de leitura de mundo e o exercício da cidadania (BRASIL, 2011).

O poder que a Educação ganha com a criação de políticas públicas em seu favor é um dos principais fatores contribuintes para constituir uma rede progressiva e eficaz a fim de oportunizar um ensino igualitário, inclusivo e completo. No que abrange a EJA, essas políticas viabilizam não só essa oferta, mas também as ferramentas para que elas sejam concretizadas.

[...] este princípio abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações. Assim, a Educação de Jovens e Adultos e Idosos, modalidade estratégica do esforço da Nação em prol de uma igualdade de acesso à educação como bem social, participa deste princípio e sob esta luz deve ser considerada (BRASIL, 1996).

Os movimentos sociais constituem parâmetros essenciais para a reflexão tanto no âmbito educacional quanto no social. Ao associar a EI e EJA, é imprescindível se preocupar com a formação e qualificação do professor, que está diretamente ligado ao estudante. É fundamental para o professor que a sua formação contemple a realidade escolar, afinal é em sala de aula que seus saberes e experiências irão se manifestar.

Ademais, é preciso atentar-se para a realidade de outras minorias inseridas na EJA, como por exemplo, as pessoas com transtornos e deficiências. Essa realidade tende a crescer, mesmo que gradativamente, pois mesmo com tantas evoluções no meio educacional, os indivíduos com necessidades específicas ainda se encontram marginalizados, banalizados e excluídos do que se entende por sociedade (mercado de trabalho, políticas socioeconômicas, programas sociais e educacionais, etc).

Os movimentos em defesa da EJA começaram antes mesmo da época da Ditadura Militar que teve início em 1964, com base nas lutas de combate ao analfabetismo. As taxas de pessoas consideradas analfabetas predominavam entre adultos e idosos, e esse fator foi altamente contribuinte não só para o comprometimento do acesso dessas pessoas aos meios, mas também para as formas como eram tratados em sociedade, inclusive em situações emergenciais.

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), segundo Costa e Araújo (2011, p.1)

Foi a primeira iniciativa governamental para a educação de jovens e adultos no Brasil. Promovida pelo Ministério da Educação e Saúde, a partir de 1947, tinha por objetivo levar a “educação de base” a todos os brasileiros iletrados, nas áreas urbanas e rurais.

O principal motivador da CEAA foi o professor Lourenço Filho, pedagogo e educador pioneiro do movimento da Escola Nova. Além do movimento no país,

Lourenço utilizou de seus conhecimentos para realizar um programa nas zonas rurais do México. O professor defendia a qualidade do ensino como fator determinante para a transformação da sociedade, assim como poderosa no combate aos preconceitos e realidades encontradas na Educação no país, especialmente entre jovens, adultos e idosos.

Para além da Campanha, outros diversos movimentos contribuíram para o embasamento da EJA que temos hoje que, apesar de ter um longo caminho a percorrer, é uma modalidade válida e importante na Educação Brasileira. Atos como o “Movimento de Educação de Base” (MEB), criado em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e teve o apoio do governo federal e o “Sistema Paulo Freire” em 1963, que surgiu a partir da experiência dos Angicos, foram de grande valia para o embasamento da modalidade conhecida atualmente.

Nesse atual cenário, atuar na educação direcionada à EJA, principalmente no que tange a pessoas com deficiência, é assumir um compromisso desafiador com a sociedade de investigar o percurso histórico e buscar a consolidação de um legado construído na diversidade das lutas políticas e pedagógicas. Assim, o objetivo da EJA é de fornecer um ensino democratizado, de qualidade e para todos, sobretudo aos grupos sociais que foram marcados pelos processos de exclusão do sistema educacional.

A EJA faz parte de um campo denso, político e comprometida na superação de qualquer forma de exclusão e discriminação que possa existir no contexto escolar ou na sociedade contemporânea como um todo. A EJA é um exercício contínuo de renovação do fazer e pensar pedagógico do professor na revitalização da escolarização desses jovens e adultos. É lutar para que os direitos sejam garantidos e que haja estrutura suficiente visando que suas habilidades possam ser desenvolvidas e alcançadas, evitando assim todo e qualquer tipo de exclusão e/ou a segregação na sociedade.

A EJA também deve ir além de garantir acesso à educação formal, é importante oferecer outras oportunidades extracurriculares para que o aluno possa se comunicar de maneira adequada, ver o mundo de uma forma mais crítica, uma educação ampliando suas possibilidades de trabalho e de participação com a sociedade. Além disso, é importante desenvolver práticas de leitura, como a leitura compartilhada, a fim de incentivar os alunos a se expressarem e se envolverem com histórias e experiências pessoais.

A EJA na educação inclusiva é essencial para garantir igualdade de oportunidades e combater as barreiras socioeconômicas e culturais que afetam a aprendizagem desses estudantes. É necessário que as escolas e professores adotem uma atitude inclusiva, garantindo o acesso aos conhecimentos e a formação necessários para o pleno desenvolvimento de todos.

O direito à educação, de acordo com Freire (1987), não está limitado apenas ao acesso à escola, mas sim ao ato de aprender. Aprender é fundamental para que o indivíduo tome consciência de sua situação de opressão e possa libertar-se daqueles que o oprimem.

Para que os alunos da EJA possam aprender adequadamente, é importante considerar o conhecimento que eles já possuem. Geralmente, esses estudantes possuem uma vasta experiência de vida e já aprenderam diversas coisas em diferentes contextos, devido às necessidades que surgem em suas vidas. Embora esse conhecimento possa ser inadequado do ponto de vista escolar, é importante reconhecê-lo e valorizá-lo.

Conforme explica Franzi (2010), reconhecer os saberes dos jovens e adultos que possuem pouca ou nenhuma experiência no mundo escolar não é uma tarefa fácil. No entanto, ignorar essa realidade pode tornar o processo de aprendizagem menos efetivo e até mesmo desmotivar os alunos.

Para Freire (1987), as escolas devem valorizar não apenas o conhecimento adquirido pelos alunos, mas também os saberes e experiências socialmente construídos na prática comunitária. Além disso, é importante discutir com os estudantes a razão de ser desses saberes em relação aos conteúdos ministrados em sala de aula. Essa abordagem não apenas favorece o aprendizado, mas também demonstra respeito ao estudante como indivíduo capaz e conhecedor de seu meio. Assim, é possível concluir que o sucesso da Educação de Jovens e Adultos está diretamente ligado à escola valorizar os saberes adquiridos pelos alunos em suas experiências diárias. Caso esta prática não ocorra, a escola poderá não contribuir para a tarefa humanizadora que a educação tem. Freire (1987, p.40), comenta que:

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens.

Essa afirmação de Freire é fundamental para entender sua perspectiva sobre a educação. Ele acredita que a educação deve estar enraizada na realidade dos estudantes e ser uma ferramenta para a transformação social. Freire está argumentando que a educação como prática da liberdade é oposta à educação como prática de dominação. Ele afirma que essa forma de educação nega a ideia de um homem abstrato, isolado e desconectado do mundo, assim como nega a ideia de um mundo que é ausente dos homens.

Ao considerar a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais na Educação de Jovens e Adultos (EJA), é essencial ter em mente a mesma preocupação com relação à sua experiência de vida e concepções já construídas. Esses aspectos devem ser levados em consideração para garantir uma inclusão adequada e efetiva. Na Pedagogia do Oprimido, Freire (1987, p.28) diz que:

[...] de tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isto, terminam por se convencer de sua “incapacidade”. Falam de si como os que não sabem e do “doutor” como o que sabe e a quem devem escutar.

O processo educativo deve ser inclusivo e respeitar as particularidades de cada aluno, independentemente das suas necessidades educacionais diversas. Infelizmente, ainda existe muito preconceito e desinformação sobre o tema, o que pode desencorajar os alunos com deficiência e impedi-los de alcançarem todo o seu potencial.

Muitas vezes, esses estudantes são vistos pela sociedade como “coitadinhos” que precisam de ajuda para realizar as atividades do dia a dia e escolares. Essa atitude pode impactar negativamente na autoestima e na motivação desses alunos, que podem acreditar ter uma dificuldade de aprendizagem maior do que a real. Como resultado, esses alunos podem ser subestimados ou não ter suas necessidades de aprendizado devidamente atendidas, ou seja, a culpabilização da deficiência ao invés de aprimorar a prática pedagógica, a formação inicial e a formação continuada dos docentes.

É essencial, portanto, que a escola e a sociedade como um todo, ajudem a combater essas barreiras. É preciso lembrar que o aluno com deficiência é capaz de aprender, com a ajuda de estratégias pedagógicas inclusivas e adaptáveis às suas necessidades. É importante que os educadores e a sociedade como um todo

reconheçam isso e trabalhem em conjunto para que esses alunos possam se desenvolver plenamente.

De acordo com Vygotski (1983), a forma como a escola e a sociedade trata as pessoas com deficiência pode ser considerada uma forma de opressão e uma ação desumanizadora. Esse autor alerta para a importância de criar estratégias que favoreçam o aprendizado dos alunos com NEE, utilizando recursos diferenciados que facilitem a sua inserção e participação na sala de aula.

Além disso, Paulo Freire (1987) destaca que o diálogo é fundamental para a concretização da função humanizadora da escola. Ele defende que a educação autêntica não pode ser feita de forma unilateral, mas sim em colaboração com os alunos, em um diálogo democrático em que todos possam participar. Com essa abordagem, o conhecimento é construído de forma relacional, criando um ambiente que valoriza os saberes e talentos de todos os alunos, independentemente de suas deficiências.

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o diálogo é ainda mais necessário e significativo. Todos os alunos, independentemente das dificuldades educacionais que apresentem, devem ser incluídos no processo de aprendizado. Com a criação de um ambiente de aprendizagem colaborativo e inclusivo, a escola pode ajudar a combater o preconceito e promover a inclusão social desses alunos, respeitando as suas particularidades e favorecendo o seu desenvolvimento pleno.

Por fim, é importante destacar que a inclusão de alunos com deficiência é uma questão fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade justa e democrática. A educação autêntica, que valoriza o diálogo e a colaboração, é uma das principais ferramentas para conseguir isso. E cabe aos educadores e à sociedade em geral trabalharem juntos para criar um ambiente inclusivo e acessível para todos os alunos, independentemente das suas características individuais.

Para Rodrigues (2006, p. 303), a educação inclusiva requer a participação total em uma estrutura na qual valores e práticas são desenvolvidos levando em consideração as características, interesses, objetivos e direitos de todos os envolvidos no processo educativo. Esse conceito é destacado também no documento da UNESCO (1994), que destaca a importância de garantir os direitos de todos os alunos e prevenir a exclusão nas escolas quando relata que:

O desenvolvimento de escolas inclusivas que ofereçam serviços a uma grande variedade de alunos em ambas as áreas rurais e urbanas requer a articulação de uma política clara e forte de inclusão junto com provisão

financeira adequada - um esforço eficaz de informação pública para combater o preconceito e criar atitudes informadas e positivas - um programa extensivo de orientação e treinamento profissional - e a provisão de serviços de apoio necessários. Mudanças em todos os seguintes aspectos da escolarização, assim como em muitos outros, são necessárias para a contribuição de escolas inclusivas bem-sucedidas: currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extra-curriculares (UNESCO, 1994, p. 8).

O processo de inclusão apresenta desafios em relação à garantia de condições igualitárias de aquisição de conhecimento a todos os alunos, especialmente para aqueles com deficiência. Na EJA, esse desafio pode ser ainda mais complexo. Ferreira (2009, p.77) destaca que a eficácia do processo de inclusão de pessoas com deficiência nas classes regulares é um dos desafios impostos aos educadores desta década:

Jovens e adultos com deficiência constituem hoje ampla parcela da população de analfabetos no mundo porque não tiveram oportunidades de acesso à educação na idade apropriada. Nos países economicamente ricos, a maioria das pessoas com deficiência está institucionalizada, nos países economicamente pobres, está escondida, invisível na escola e nos vários espaços sociais. Em ambos os casos, são privados de oportunidades de aprendizagem formal e de desenvolvimento.

Ferreira (2009) também enfatiza que é necessário um planejamento adequado para a inclusão de pessoas com deficiência na Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma vez que várias práticas escolares podem contribuir para a exclusão desses alunos. Assim como os demais estudantes dessa modalidade de ensino, os alunos com deficiência buscam adquirir conhecimentos básicos que possam prepará-los para o mundo do trabalho e, conseqüentemente, para a vida. Portanto, a EJA assume uma nova função, que é a de incluir mais esse grupo.

## 2.1 A LEGISLAÇÃO, A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Este capítulo versa sobre as contribuições dos aparatos legais para a educação Inclusiva e a Educação de Jovens e Adultos. A legislação é um elemento chave para a promoção da educação inclusiva e da educação de jovens e adultos no Brasil. Através das leis, regulamentações e políticas públicas, é possível garantir que esses públicos tenham acesso à educação de qualidade e que seus direitos e necessidades sejam atendidos. E quando o direito desses sujeitos no ambiente escolar estiver sendo desrespeitado é importante que os educadores, a gestão escolar, a comunidade e

todos os outros envolvidos tenham estudado essas normas para cobrarem das autoridades competentes e assim o estudante tenha os seus direitos inconcussos.

A Constituição Federal de 1988, a nossa diretriz enquanto cidadão, foi um marco importante para a educação no Brasil, estabelecendo que a educação é um direito de todos e um dever do Estado. A partir dela, foram criadas outras legislações importantes, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que orienta a educação no país e estabelece a educação inclusiva como um princípio fundamental.

Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva são também importantes instrumentos legais para a promoção da educação inclusiva e da educação de jovens e adultos. A legislação também estabelece normas e garantias para a formação de professores que trabalham com esses públicos, garantindo sua formação e qualificação. Apesar de saber que na prática também é essencial que o profissional busque pela formação continuada, só assim que a inclusão e a educação de qualidade são efetivadas verdadeiramente.

Vale ressaltar que a legislação por si só não é suficiente para garantir a efetividade da educação inclusiva e da educação de jovens e adultos. É necessário que ela seja colocada em prática de forma adequada e que sejam desenvolvidas políticas públicas que ajudem a superar os desafios e obstáculos que ainda existem. Nesse sentido, é importante que o Estado invista em recursos e infraestrutura adequados, que haja ações de sensibilização e conscientização da sociedade e que sejam desenvolvidas práticas pedagógicas inclusivas e que valorizem as experiências e conhecimentos prévios dos estudantes.

Sendo assim, a legislação é de extrema importância para garantir o acesso à educação inclusiva e à educação de jovens e adultos, mas é necessário ir além da sua existência para que esses direitos sejam efetivados e que os estudantes possam ter uma educação de qualidade e que respeite suas diferenças e necessidades.

A legislação brasileira estabelece que a educação é um direito de todos e deve ser oferecida de forma inclusiva e equitativa, respeitando as diferenças e necessidades de cada indivíduo. Para facilitar a aprendizagem, elencamos de maneira sucinta as principais leis que regulamentam a Educação Inclusiva e a Educação de Jovens e Adultos:

- Constituição Federal de 1988: A Constituição Federal assegura o direito à educação a todos os brasileiros e prevê a garantia de uma educação inclusiva e de qualidade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Percebemos que a nossa Carta Magna, Lei Maior, reconhece a importância da educação como um meio de transformação social e de promoção da igualdade de oportunidades, destacando a responsabilidade do Estado em assegurar o acesso e a permanência na escola de todos os indivíduos, independentemente de suas condições socioeconômicas, de gênero, etnia ou deficiência. Dessa forma, a Constituição Federal de 1988 representa um marco importante no reconhecimento e na valorização da educação como um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996: A LDBEN estabelece as bases da Educação Nacional, fixando as diretrizes e os princípios para a organização e a oferta do ensino em todo o país. Também abre espaço para uma educação que promova a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, além de enfatizar a necessidade de oferecer educação especial para pessoas com deficiência.

Essa medida promove a igualdade de oportunidades e evidencia o compromisso do Estado em proporcionar uma educação inclusiva, que reconhece e valoriza a diversidade de cada indivíduo. Além disso, ao estabelecer a necessidade de oferecer educação especial, a lei demonstra o reconhecimento da importância de políticas e práticas pedagógicas que atendam às necessidades específicas e garantam o desenvolvimento integral de pessoas com deficiência, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008: A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define os princípios, diretrizes e estratégias a serem adotados para a promoção da inclusão escolar de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Essa política reconhece a diversidade de habilidades e necessidades dessa população e visa promover a inclusão e o acesso equitativo à educação, assegurando os direitos e a participação plena e efetiva de todos os alunos nas escolas regulares.

Essa legislação representa um avanço significativo para a inclusão educacional no Brasil.

- Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014: O PNE estabelece metas e estratégias para a melhoria da qualidade da educação no país, incluindo a promoção da equidade e da inclusão para todos os segmentos da população, incluindo jovens e adultos.

O PNE é uma ferramenta essencial para direcionar políticas educacionais que visam aprimorar a qualidade do ensino no Brasil, promovendo a equidade e a inclusão para todos os segmentos da população, incluindo jovens e adultos. Por meio do estabelecimento de metas e estratégias, o PNE busca garantir a democratização do acesso à educação e a promoção de uma formação integral e de qualidade, proporcionando oportunidades iguais a todos os cidadãos, independentemente de sua condição social, econômica ou cultural.

- Lei de Educação de Jovens e Adultos (EJA) de 1996: A Lei da Educação de Jovens e Adultos (EJA) reconhece a educação como um direito de todos, independentemente da idade. A lei estabelece as bases da oferta de educação aos jovens e adultos que não tiveram oportunidade de completar a educação básica na idade escolar adequada.

Esta lei representa um marco fundamental para a inclusão educacional e social de indivíduos que não tiveram a oportunidade de completar a educação básica na idade adequada. Ao reconhecer o direito à educação para todas as faixas etárias, a lei permite que jovens e adultos tenham a chance de adquirir conhecimentos e habilidades necessárias para sua formação pessoal e profissional. Além disso, a EJA possibilita a redução das desigualdades e o combate ao analfabetismo, garantindo que todos tenham acesso a oportunidades de desenvolvimento.

- Decreto nº 7.611 de 2011: O Decreto nº 7.611 estabelece diretrizes e critérios para a oferta de EJA em todo o país, visando garantir o acesso, a permanência e a qualidade da educação ofertada a esse segmento da população.

Ao estabelecer diretrizes e critérios, este decreto busca assegurar que essa parcela da população tenha acesso a uma educação de qualidade, possibilitando sua formação integral e seu desenvolvimento pessoal e profissional. Além disso, ao garantir a permanência dos estudantes na EJA, o decreto contribui para a diminuição

dos índices de evasão escolar e para a inclusão social desses indivíduos, permitindo que tenham maiores oportunidades e possam exercer plenamente a sua cidadania.

- Parecer nº 11/2000 do Conselho Nacional de Educação (CNE): O Parecer nº 11/2000 do CNE estabelece critérios para a oferta da EJA, destacando a necessidade de respeito às características e necessidades educativas dos alunos e a relevância de uma pedagogia que considere a experiência de vida dos estudantes adultos.

Ressaltando que na Lei 4.024 de Diretrizes e Bases, promulgada em 20 de dezembro de 1961, pioneira na criação do Conselho Federal de Educação, encontra-se a expressão “educação de excepcionais” identificada nos artigos 88 e 89. Devido a esse singelo avanço, o surgimento de instituições privadas e órgãos filantrópicos atuaram como um suporte ao déficit encontrado no sistema educacional de pessoas com deficiência.

Uma das primeiras premissas que se fizeram pensar em algo próximo de um processo de inclusão foi a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que visa garantir acesso à escola e educação de qualidade gratuita em todas as instituições públicas acadêmicas. Com o passar dos anos, outros códigos aderentes foram implantados, entretanto a necessidade de continuar investindo na manutenção e criação de novas Leis para atender às demandas que vão surgindo durante esse tempo sempre foi explícita, especialmente nas atribuições formativas e informativas.

Em 04 de Abril 2013, modificando o regulamento anterior, surge a Lei nº 12.796 “que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.” (BRASIL, 2013). Esse código explicita que houve, de fato, a criação de segmentos para investir na Educação do país e nas suas intercessões, fato que favoreceu o processo de inclusão e da EJA.

A Constituição Brasileira de 1988, no seu artigo 208, aborda a obrigatoriedade de oferecer educação gratuita mesmo para aqueles que não se encontram em idade escolar apropriada. No portal online do Ministério da Educação – MEC, afirma-se que “A Lei 9394/95, que estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, disciplina a matéria na seção V Da Educação de Jovens e Adultos, nos artigos nº 37 e 38 e seus parágrafos.” (BRASIL, 2001).

Dentre os códigos posteriormente promulgados está a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), que atua na garantia de um ensino regular e de qualidade à qualquer

pessoa com deficiência, entendendo essas pessoas como aquelas que tenham qualquer impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que impacte na sua participação ou interação efetiva em sociedade em condição igualitária aos demais cidadãos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/1996 aborda, através das diretrizes, direitos que irão auxiliar no processo educacional da EJA. A Lei afirma no seu segundo artigo que “os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.”. Tais exames são garantidos pela Portaria da SEC nº 12.235 de 30 de novembro e 1º de dezembro de 2002, Resolução CEE nº 138/201 de 28/12/2001 e pela Resolução CEE nº 138/2001 e CEE nº 069/2007.

Ainda informo que a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências (BRASIL, 2013), estabelece no Art. 4º, Incisos I e III, que o dever do Estado com educação escolar pública será cumprido mediante a garantia da educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, dividida entre pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, além de atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

O atendimento educacional especializado contemplado no artigo mencionado é fundamental para garantir a inclusão e o acesso à educação para os estudantes com deficiência. Esse atendimento especializado, que deve ser preferencialmente oferecido nas escolas regulares, tem como objetivo proporcionar um ensino diferenciado, adaptado às necessidades específicas desses alunos.

Por exemplo, para os alunos cegos, é oferecido o ensino do Braille e do Soroban, enquanto para os surdos, o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Esses conteúdos específicos são importantes para que esses alunos possam ter acesso ao currículo comum e participar das atividades escolares.

É importante ressaltar que o atendimento educacional especializado não deve substituir o ensino regular, mas sim complementá-lo. Isso significa que os alunos com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento recebem esse atendimento no contraturno das aulas regulares, enquanto os alunos com altas habilidades ou

superdotação recebem esse atendimento como um complemento ao seu ensino regular.

Além disso, é fundamental que a estrutura educacional seja pensada de forma inclusiva, levando em consideração a diversidade e trabalhando com identidade e diferença. A metodologia, os processos de comunicação e o material instrucional devem ser desenvolvidos considerando esses princípios, e não a busca por homogeneidade e espaços homogeneizados, que são produtos de construção social.

Exemplos de materiais instrucionais que seguem a abordagem do desenho universal e promovem a inclusão de alunos com e sem deficiência visual são as maquetes e experimentos multissensoriais para o ensino de física, apresentados por Camargo (2016) em uma de suas obras. Esses recursos educacionais valorizam a diversidade sensorial e discursiva no processo de ensino, permitindo que todos os alunos participem de forma efetiva em sala de aula.

Atualmente, é fundamental não apenas estabelecer políticas públicas, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), mas também colocá-las em prática. A promoção da participação efetiva de todos os seres humanos, especialmente daqueles que têm sido excluídos de diversos espaços sociais, é crucial.

Conforme Vygotsky afirmou (1997, p. 77), "um ponto do sistema Braille fez mais pelo cego do que mil obras de caridade". Isso se deve ao fato de que o Braille permitiu que pessoas cegas tivessem acesso à leitura e à escrita. Desde 1825, quando Louis Braille criou o seu sistema de seis pontos, os cegos puderam efetivamente se envolver em estudos, o que possibilitou o acesso e a permanência no mercado de trabalho até os dias de hoje.

Isso evidencia a importância da educação, especialmente nas disciplinas de física, química e biologia, para todas as pessoas. A educação é um elemento essencial para a promoção da cidadania e das conquistas sociais de uma sociedade, pois está intrinsecamente ligada à sua heterogeneidade. No entanto, a atual crise política no Brasil está criando um discurso contraditório e confuso sobre a "qualidade do ensino". O autor deste editorial acredita que esse discurso busca retirar dos estudantes brasileiros, tanto aqueles na educação especial quanto os demais, os instrumentos de mediação psicológica (VYGOTSKY, 2001) que lhes permitem

interpretar o mundo além do natural e definem conceitos como normalidade e deficiência. Portanto, é necessário dismantelar a noção imposta de "qualidade do ensino" no Brasil (2016).

Uma questão de pano de fundo é colocada diante de nós: quais são os estudantes que são foco da educação inclusiva? A resposta é: todos. Isso significa que a educação inclusiva se aplica tanto aos alunos que são considerados público-alvo da educação especial (de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEI (2008) e o Decreto 7611/2011), quanto aos alunos que não são direcionados a essa modalidade de ensino, independentemente de sua cor, raça, gênero, orientação sexual, etnia, entre outros aspectos. Ou seja, a educação inclusiva tem como foco principal os seres humanos reais, com ênfase naqueles que foram historicamente excluídos do processo educacional. No entanto, contraditoriamente, a cultura atual, especialmente a ocidental, busca moldar e "uniformizar" esses indivíduos. Como resultado, aqueles que não se enquadram nos padrões estabelecidos e nas normas de normalização socialmente construídas são rotulados com adjetivos negativos, como "anormais", "deficientes", "incapazes", "inválidos", entre outros.

A educação inclusiva é um paradigma educacional baseado na concepção de direitos humanos, que considera a igualdade e a diferença como valores inseparáveis. Dessa forma, ela vai além da ideia de igualdade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas que geraram a exclusão tanto dentro quanto fora da escola (BRASIL, 2008, p. 1). Isso significa que a educação inclusiva reconhece a importância de entender e abordar as desigualdades sociais, estruturais e culturais que contribuíram para a exclusão de certos grupos dentro do sistema educacional.

Essa abordagem valoriza a diversidade humana e busca garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas características individuais. Ao invés de tentar uniformizar os estudantes, a educação inclusiva reconhece e celebra a singularidade de cada indivíduo, respeitando sua identidade, experiências e necessidades específicas.

Para que a educação inclusiva se torne uma realidade, é necessário definir políticas e implementar práticas que promovam a equidade e a inclusão em todas as etapas do processo educacional. Isso envolve a criação de ambientes escolares acolhedores, que valorizem a diversidade, a promoção da participação ativa de todos

os estudantes e a adaptação do currículo, da metodologia e da avaliação para atender às necessidades individuais de cada aluno.

Além disso, a formação adequada e contínua dos professores é essencial para a implementação efetiva da educação inclusiva. Os educadores devem ser capazes de reconhecer e atender às necessidades individuais de cada aluno, adaptando suas práticas pedagógicas para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva.

Em resumo, a educação inclusiva trata-se de um paradigma educacional que busca garantir o acesso, a participação e o sucesso de todos os alunos, independentemente de suas características individuais. É um movimento que reconhece e valoriza a diversidade humana e busca superar as desigualdades históricas que levaram à exclusão de certos grupos dentro do sistema educacional.

## 2.2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E LEGISLAÇÃO.

Nesta subseção apresentaremos os aspectos históricos e sociais a especificidade do trabalho com jovens e adultos, porém, sabemos que há diferentes abordagens e pressupostos teóricos que engendram as discussões nesta área de estudos. Priorizamos a discussão da Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino que exige um olhar para as pessoas jovens e adultas no sentido de garantir seu direito ao conhecimento e a valorização da sua cultura e assim sendo também é um direito da pessoa com deficiência.

Segundo Almeida e Corso (2015, p.2):

A Educação de Jovens e Adultos tem uma trajetória histórica de ações descontínuas, marcada por uma diversidade de programas, muitas vezes não caracterizada como escolarização. Com a aprovação da LDB 9394/96 e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos, Parecer nº 11/2000, a EJA é caracterizada como modalidade da educação básica correspondente ao atendimento de jovens e adultos que não frequentaram ou não concluíram a educação básica. Esses documentos trouxeram alterações e ampliações conceituais produzidas desde o final da década de 1980, ao usar o termo Educação de Jovens e Adultos para assinalar as ações anteriormente conhecidas como Ensino Supletivo.

Haddad e Di Perro (2000) afirmam que no período do Brasil-Colônia os religiosos exerciam sua função educativa missionária em grande parte com adultos que precisavam além do evangelho ensinar práticas tais como economia colonial, normas de boas condutas etc. Mais tarde esses padres se encarregaram das escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos. Então a ação educativa junto a adolescentes e adultos não é uma prática nova, há apenas a mudança dos objetivos.

Sendo o primeiro marco legal da República Brasileira, a Constituição de 1891, assegurou que a responsabilidade pública pelo ensino básico foi descentralizada nas Províncias e Municípios, mas uma vez foi garantida a formação da elite em detrimento à uma educação que atendesse as camadas sociais menos favorecidas. Excluindo também os adultos analfabetos de direito ao voto, neste momento a maioria da população adulta era iletrada.

A partir de 1940 o Estado Brasileiro aumentou suas responsabilidades em relação à educação de adolescentes e adultos. Os esforços empreendidos durante as décadas de 1940 e 1950 fizeram cair os índices de analfabetismo das pessoas acima de cinco anos de idade para 46,7% ao ano de 1960. Comparado aos países de primeiro mundo e dos vizinhos latino-americanos os níveis de escolarização brasileira permaneceram em patamares reduzidos.

Com a deposição de Getúlio Vargas em 1945, surgem também as cobranças da UNESCO- A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, logo após a 2ª Guerra Mundial e segundo Haddad e Di Piro (2000, p.111) “denunciava o mundo as profundas desigualdades entre os países e alertava para o papel que deveria desempenhar a educação, em especial a educação de adultos no processo de desenvolvimento das nações” e se estabeleceram metas para alfabetizar, de dando o empurrão no desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos. Exatamente 25% dos recursos de cada auxílio para o país deveriam ser aplicados em um plano geral de Ensino de Supletivo para os Adolescentes e Adultos analfabetos.

Em 1947, quando o Serviço Especial do Departamento Nacional de Educação e Saúde, foi instalado no país o Serviço de Educação de Adultos (SEA), tendo por finalidade a coordenação geral dos trabalhos dos planos anuais do ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos. Uma série de atividades foram desenvolvidas a partir da criação desse órgão, produzindo e distribuindo material didático, mobilizando a opinião pública bem como os governos estaduais e municipais e a iniciativa particular. (Almeida e Corso. 2015).

Esse movimento em prol da educação de adultos nasceu em 1947 e se estendeu até fins da década de 1950, denominou-se CEAA- Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos. O resultado foi significativo visto que se criou uma estrutura nos estados e municípios para atender à educação de jovens e adultos, posteriormente preservada pelas administrações locais.

Almeida e Corso (2015, p.4) afirmam que

No Brasil, a primeira iniciativa pública, visando especificamente o atendimento do segmento de adolescentes e adultos, ocorreu em 1947 com o lançamento da Primeira Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), iniciativa do Ministério da Educação e Saúde e coordenada por Lourenço Filho.

Mais outras duas campanhas foram organizadas pelo Ministério da Educação e Cultura: uma em 1952 que foi a Campanha Nacional de Educação Rural e a outra em 1958 a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. Ambas obtiveram pouco sucesso e suas existências foram curtas.

Os anos de 1958 a 1964, segundo Gadotti, foram marcados por ações em que:

[...] a educação de adultos era entendida a partir de uma visão das causas do analfabetismo, como uma educação de base, articulada com as “reformas de base” defendida pelo governo popular/populista de João Goulart (GADOTTI, 2006, p.36).

Dentro dessa linha de pensamento devemos considerar outros acontecimentos, campanhas e programas no campo da educação de adultos, no período que vai de 1959 até 1964. Foram eles: o Momento de Educação de Base, da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil, em 1961; o Movimento de Cultura Popular do Recife, a partir de 1961; os Centros Populares de Cultura, organizações culturais da UNE; a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, da Secretária Municipal de Educação de Natal; o Movimento de Cultura Popular do Recife; e finalmente, em 1964, o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério de Educação e Cultura.

Esses programas em sua grande parte estavam funcionando no âmbito do Estado ou sob seu patrocínio, nesses anos as características próprias da educação de adultos passaram a ser reconhecidas, exigindo um tratamento específico nos planos pedagógico e didático.

Quando o golpe militar ocorreu nos primeiros anos da década de 1960 até 1964, constituiu-se um movimento bastante especial na EJA. Até então o adulto não escolarizado era percebido como um ser ignorante e imaturo, que deveria ser atualizado com os mesmos conteúdos formais da escola primária, percepção esta que reforçava o preconceito contra o analfabetismo (PAIVA, 1973, p.209). Em 1958 quando foi realizado o II Congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de Janeiro repercutiu uma nova forma de pensar pedagógico com adultos.

Entretanto, no seminário Regional preparatório ao Congresso realizado no Recife, com a presença do professor Paulo Freire, se discutia uma renovação dos métodos e processos educativos, abandonando os processos estritamente auditivos

em que o discurso seria substituído pela discussão e participação do grupo. Esse movimento serviu de base para a teoria de Paulo Freire na década de 60. (PAIVA, 1973, p. 210).

O golpe militar de 1964 trouxe diversos prejuízos aos movimentos de educação e cultura, vários programas foram interrompidos ou desmantelados, os dirigentes presos e os materiais apreendidos.

Em oposição às idéias de Paulo Freire, surgiu em Recife a Cruzada ABC (Ação Básica Cristã- 1965), de caráter conservador e semi-oficial (HADDAD, et al, 2000, p. 114). Constituíram-se em um movimento concebido com o fim básico de controle da população, através da centralização das orientações, supervisão pedagógica e produção de materiais didáticos (HADDAD e DI PERRO, 2001, p. 61).

A partir de 1968, porém, uma série de críticas à condução da Cruzada foram se acumulando e ela foi se extinguindo nos vários estados entre os anos de 1970 e 1971.

O MOBRAL – Movimento Brasileiro de Educação foi fundado em 1967, posteriormente com a implementação do Ensino Supletivo em 1971, com a promulgação da Lei Federal 5.692, que reformulou as diretrizes de ensino de primeiro e segundo graus. Com duração de quinze anos o MOBRAL foi extinto em 25 de novembro de 1985 pelo então presidente José Sarney transformou-se em um dos maiores fracassos educacionais da história do Brasil. Diplomou apenas 15 milhões dos 40 milhões de brasileiros que passaram pelas suas salas, diminuindo em apenas 2,7% o índice de analfabetismo no País.

A Fundação EDUCAR substituiu o MOBRAL, com as mesmas características, porém sem o aporte financeiro o corroborou para sua extinção, depois disso houve a descentralização política da EJA, transferindo a responsabilidade pública dos programas de alfabetização e pós-alfabetização aos municípios (HADDAD, et al, 2000, p. 114).

Seguindo a linha temporal, chegamos à Constituição de 1824, que se firmou nas bases de influência europeia, a garantia de uma instituição primária e gratuita para todos, logo também para o público adulto, porém pouco ou quase nada foi realizado durante todo esse período imperial, mas foi um pontapé para as constituições brasileiras posteriormente. Segunda Haddad e Di Pietro (2000), com a norma constitucional de 1824 a garantia de uma educação básica para todos não saiu do papel, sendo que ao final do Império apenas 82% da população com idade superior a cinco anos era analfabeta.

### **3 O DESENHO UNIVERSAL DE APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO PARA TODOS**

Neste presente capítulo, exploraremos como o DUA pode promover a inclusão educacional e contribuir para que todos os estudantes tenham igual acesso à educação, independentemente de suas habilidades, características e necessidades individuais. Os principais teóricos que embasarão o capítulo são Oliveira, Munster e Gonçalves (2019).

O DUA tem sua base conceitual na área da neurociência. O cérebro é composto por um conjunto de redes que se encontram interligadas. No processo de aprendizagem, três redes desempenham um papel fundamental: a afetiva, que está relacionada à capacidade de se envolver com o aprendizado e entender o motivo por trás dele; a de reconhecimento, que é responsável por transformar informações em conhecimento, compreendendo o que está sendo aprendido; e a estratégica, que tem o papel de organizar e planejar ações no ambiente, determinando como a aprendizagem será realizada, segundo o Centro de Tecnologias Especiais Aplicadas - CAST no ano de 2014 nos Estados Unidos da América.

Nos ambientes de aprendizagem, como escolas ou universidades, é comum a presença de uma grande diversidade de alunos. Quando os currículos são desenhados com base em uma média imaginária, não se leva em conta a real diversidade e variabilidade entre os estudantes. Esses currículos não conseguem fornecerem oportunidades justas e equitativas de aprendizagem para todos os alunos, pois excluem aqueles com diferentes habilidades, conhecimentos prévios e motivações que não correspondem ao critério médio ilusório.

Conforme a proposta do DUA, é responsabilidade da escola ajustar-se às disparidades dos estudantes, em vez de o contrário ocorrer (ALVES; RIBEIRO; SIMÕES, 2013). O princípio básico do DUA é que o que é indispensável para alguns é benéfico para todos (CAST, 2014). Originado nos Estados Unidos, o intuito da educação agora é focar não apenas na obtenção de conhecimento, mas sim na vivência do aprendiz, isto é, em capacitar o aprendiz a ser um especialista em aprendizagem (CAST, 2014).

O DUA leva em consideração a diversidade e variabilidade dos estudantes, sugerindo flexibilidade nos objetivos, métodos, materiais e avaliações, permitindo que os educadores atendam às diversas necessidades dos alunos. O currículo criado

seguindo a abordagem do DUA é planejado desde o início para atender às necessidades de todos os alunos, eliminando a necessidade de mudanças posteriores, bem como o esforço e tempo associados a elas.

Segundo Sebastián (2020) A referência do DUA incentiva a criação de propostas flexíveis desde o início, oferecendo opções personalizáveis que permitem que todos os estudantes progredam a partir do ponto em que se encontram, e não do ponto em que imaginamos que estejam. As opções para alcançar esses objetivos são diversas e suficientemente sólidas para proporcionar uma educação eficaz para todos os estudantes.

O objetivo da educação no século XXI não se limita apenas a adquirir conhecimento e usar novas tecnologias, mas também compreende o domínio do processo de aprendizagem em si. A educação deve auxiliar os alunos a evoluírem de aprendizes em desenvolvimento para avançados: pessoas que desejam aprender, que sabem como fazer isso estrategicamente e estão bem-preparadas para aprender ao longo da vida com um estilo de aprendizado personalizado e altamente flexível. O DUA (Design Universal para Aprendizagem) auxilia os educadores a alcançarem esse objetivo, oferecendo orientações sobre como criar currículos que atendam às necessidades de todos os alunos desde o início.

As Diretrizes do DUA têm como objetivo ser uma referência ampla para o desenvolvimento do DUA, que pode auxiliar qualquer professor ou administrador que planeje unidades de ensino ou desenvolva currículos (objetivos, métodos, materiais e avaliações) a reduzir barreiras, otimizar os níveis de desafio e auxílio. Também podem ajudar os educadores a identificar as barreiras presentes nos currículos existentes.

O Desenho Universal de Aprendizagem (DUA) é uma abordagem pedagógica que promove a inclusão de pessoas com deficiência no processo de ensino/aprendizagem. O conceito tem base em três princípios fundamentais: representação, ação e expressão. De acordo com Meyer e Rose (2012):

O **Princípio Da Representação**: se refere à variedade de formas como as informações podem ser apresentadas, como texto, imagens, gráficos, áudio e vídeos. Isso permite que os alunos escolham a forma mais adequada para melhor compreensão.

O **Princípio Da Ação**: se concentra nas atividades utilizadas para envolver os alunos no processo de aprendizagem. O objetivo é permitir que os alunos escolham as atividades que melhor se adequam às suas habilidades e interesses pessoais.

O **Princípio Da Expressão**: se concentra nos métodos de avaliação do conhecimento adquirido. Isso inclui uma variedade de formas de apresentação de conhecimento: apresentações orais, redações, resumos, desenhos, vídeos e outros métodos que permitem que os alunos expressem seus conhecimentos.

O **Princípio do Engajamento**: Proporcionar Modos Múltiplos de Auto envolvimento, o que implica em estimular o interesse e a autonomia dos alunos e motivá-los para a aprendizagem recorrendo a múltiplas formas, bem como, oferecer opções para o suporte ao esforço e à persistência e a autorregulação.

Referente aos princípios descritos acima Kittel et al. (2022) reforçam em seus estudos a importância de eles serem variáveis e flexíveis. Sebastian (2019, apud, Kittel et al. 2022, p. 14 e 15), sugere algumas questões orientadoras na identificação de estilo de aprendizagem. Então a informação pode ser processada:

1. **Auditivo**: tem facilidade para conversação e para aprender línguas, facilidade para repetir o que escuta e memoriza sequências ou procedimentos. Pode ter dificuldade em se concentrar se houver ruídos ou sons alheios. Reflete, se expressa e usa a retórica.
2. **Cinestésico ou manipulativo**: se expressa muito corporalmente. É bom em tudo o que tenha atividades ou práticas em geral. Prefere escrever e atuar. Se está estudando ou em um processo de aprendizagem, o faz manipulando, experimentando e fazendo. Precisa de uma abordagem funcional e/ou vivencial.
3. **Multimodal**: mistura as formas de entrada da informação apresentadas acima. O importante é reconhecê-las.

Adotar o desenho universal de aprendizagem como estratégia para ensinar um grupo diverso de alunos faz com que a escola se torne mais inclusiva, além de ter benefícios práticos, como o aumento da participação, retenção e qualidade do aprendizado.

O desenho universal de aprendizagem (DUA) é uma abordagem pedagógica que busca criar ambientes de aprendizagem acessíveis e inclusivos para todos os estudantes, independentemente de suas habilidades, interesses e necessidades individuais. Na pandemia de covid-19, o DUA pode ser utilizado de várias formas para

incluir pessoas com deficiência nas atividades educacionais, explicitado por Sebastian Heredero (2020):

Princípio I - Oferecer diferentes formas de apresentação: Os alunos têm diferentes maneiras de perceber e entender as informações apresentadas a eles. A aprendizagem e a transferência de conhecimento ocorrem quando são usadas diferentes formas de apresentação, permitindo que os alunos façam conexões internas e entre conceitos.

Princípio II - Oferecer diferentes formas de ação e expressão: Os alunos possuem diferentes formas de acessar o conhecimento e de expressar o que sabem. A ação e a expressão exigem uma variedade de estratégias, práticas e organização. De fato, não existe um único modo correto de agir e se expressar que se aplique a todos os estudantes; portanto, é essencial oferecer diferentes opções para permitir que a ação e a expressão sejam manifestadas de forma diversificada.

Princípio III - Oferecer diferentes formas de envolvimento e engajamento: As emoções e a motivação são essenciais para a aprendizagem, e os alunos diferem em como podem ser estimulados a aprender. Alguns alunos têm um interesse natural e entusiasmado em relação a novidades, enquanto outros se sentem intimidados e preferem se manter em suas atividades rotineiras. Além disso, existem aqueles que preferem trabalhar de forma independente e outros que acham melhor trabalhar em grupo. Portanto, não há uma única abordagem que seja perfeita para todos os alunos em todas as situações. Por isso, é importante oferecer várias maneiras de envolvimento e participação, sabendo que não há uma única maneira perfeita para todos os alunos em todos os contextos. Portanto, é relevante fornecer diferentes formas de envolvimento e engajamento.

O DUA é uma estratégia poderosa que pode ajudar as pessoas com deficiência a participarem de atividades de aprendizagem, especialmente na pandemia de covid-19, onde o ensino à distância é predominante. A inclusão de pessoas com deficiência é uma ação importante, que promove o acesso à educação e a ampliação de oportunidades educacionais para todos.

Em atividades escolares a inclusão é fundamental, pois permite que eles desenvolvam suas habilidades e talentos, mas também constrói um ambiente de diversidade e tolerância em que todos possam aprender juntos e crescer como seres humanos. O desenho universal de aprendizagem é uma maneira poderosa de apoiar essa inclusão e promover a educação para todos.

Na perspectiva da Educação Inclusiva, é essencial que os professores e educadores usufruam toda ferramenta disponível para garantir uma aprendizagem acessível, igualitária e de qualidade para todos. Atuar na Educação diante desse olhar é assumir a responsabilidade de garantir um processo de aprendizagem inclusivo não só para os seres da Educação Especial, mas para todo e qualquer aluno.

Diante da perspectiva de Educação Para Todos, a proposta de ensino do DUA surge como uma importante ferramenta para atuar na oferta do processo mencionado. Esse método utiliza de ferramentas tecnológicas, assistivas, contemporâneas e eficazes no processo de aprendizagem, quando combinadas com as práticas pedagógicas já realizadas pelos professores.

Como dito anteriormente, o DUA é uma proposta metodológica de ensino o qual visa promover uma educação e um currículo mais igualitário e inclusivo. Tal proposta utiliza de recursos didáticos essenciais para fortalecer as ferramentas desse currículo, trabalhando com representações, engajamentos, atualidades, dentre outros artifícios. Segundo Zerbato (2018, p.150 *apud* Góes e Costa 2022):

O DUA consiste em um conjunto de princípios, baseados na pesquisa, e constitui um modelo prático que objetiva maximizar as oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes [...] tem como objetivo auxiliar os educadores e demais profissionais a adotarem modos de ensino de aprendizagem adequados, escolhendo e desenvolvendo materiais e métodos eficientes, de forma que seja elaborado de forma mais justa e aprimorados para avaliar o progresso de todos os estudantes [...] na perspectiva do DUA, o mesmo material pode ser utilizado por todos da sala de aula, de modo a beneficiar outros estudantes na compreensão dos conteúdos ensinados.

Com base no autor, esses princípios atendem aos critérios de favorecer a participação de todos os envolvidos no processo de aprendizagem, variar a forma com que os assuntos são abordados, a fim de garantir aprendizado pleno e visualizar como o aprendizado foi apreendido pelo ser em suas variedades.

A utilização dessa proposta oportuniza ao aluno desenvolver não só as suas aprendizagens, mas também as suas percepções, representações, a capacidade de fazer associações e assimilações, dentre outras habilidades. A amplitude em que essa prática se encaixa viabiliza ela acessar e atuar nos seres com e sem deficiência, especialmente por transitar com as outras propostas de ensino.

A estrutura do Desenho Universal de Aprendizagem “pretende embasar o planejamento do ensino para a oferta de oportunidades de aprendizagem para todos, por meio do uso de estratégias e materiais diversificados, que deem suporte para estilos e ritmos de aprendizado variados.” (Zerbato e Mendes, 2021, p. 4 e 5).

Apesar de pouco conhecido, o DUA é uma ferramenta poderosa no desenvolvimento de novas perspectivas de Educação, além de ofertar uma nova modalidade de estudos na área atuante. Ademais, as suas aplicações atuam não só na aprendizagem de novos assuntos, como também na potencialização de assuntos já tratados. Estudos acerca do método afirmam, também, que o DUA é um fortalecedor no desenvolvimento de práticas pedagógicas, visto que os próprios professores utilizam da proposta para o desenvolvimento de seus planos de aula.

Na obra portuguesa nomeada “Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógica inclusivas”, escrita por Nunes e Madureira (2015), a inferência acerca da amplitude do DUA evidencia novamente a sua importância quando afirmam que

uma vez que “uma boa pedagogia está no centro de um bom currículo” (Hitchcock, Meyer, Rose & Jackson, 2002, p. 12) importa analisar de uma forma mais detalhada o modo como cada uma destas componentes curriculares pode contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas (Hitchcock, Meyer, Rose & Jackson, 2002, p.37).

Os recursos didáticos aplicados no DUA são apropriados de uma qualidade embasada não só em tudo que engloba a proposta, mas também na viabilidade e especificidade que esses recursos possuem por eles mesmos. Para Zirmmemann e Kittel (2019, p. 8), “quanto maior for a variedade de recursos maior também são as possibilidades de colocar os estudantes em situação de aprendizagem.”.

Na perspectiva de Góes e Costa (2022, p.32) sobre a execução do DUA em sala de aula, os pesquisadores afirmam que:

Essa concepção proporciona um ambiente de aprendizagem com equidade, permitindo a socialização, independentemente de suas necessidades educacionais especializadas, efetivando a educação inclusiva, contribuindo para uma sociedade com equidade no cumprimento de seus direitos previstos em lei.

A escassez de estudos acerca do DUA evidencia a ausência de suas delimitações enquanto pautas nas suas áreas de atuação, ou seja, explicita que essa metodologia não está popularizada nas graduações de licenciatura e demais formações. Na medida em que as tecnologias vão se desenvolvendo, essa proposta se destaca, visto que utiliza dessas técnicas para evoluir.

Apresentando o DUA como uma abordagem eficiente na garantia de uma Educação Inclusiva é reafirmar a sua forte atuação na oferta de um ensino de qualidade, no qual tanto os alunos como os professores serão ativos no processo de aprendizagem e na realização de uma metodologia plena. Ademais, tem-se essa

proposta em sua dualidade auxiliando não só o processo dos alunos da inclusão e da escola regular, como também no aprendizado dos professores, que utilizam de tal ferramenta ao desenvolver um planejamento com essa base.

Investir em aprofundamentos acerca de tudo o que engloba as premissas da Inclusão é atuar fortemente na busca por igualdade, nas lutas e movimentos das minorias e num país com cidadãos ativos e participantes. Todo esse estímulo começa na Educação (especialmente acadêmica). Eis a importância da formação continuada de professores e do incentivo destes em pesquisas na área de Educação: desenvolver e descobrir novas técnicas que atuarão em prol de uma Educação Para Todos.

No subcapítulo que se segue, daremos continuidade à discussão acerca do propósito do dia no currículo, explorando de forma mais detalhada os diversos benefícios que essa prática pode trazer para os estudantes.

## 4 O PROPÓSITO DO CURRÍCULO DUA

Este subcapítulo discute o propósito do currículo do Desenho Universal de Aprendizagem (DUA) é garantir a inclusão e a participação de todos os estudantes, independentemente de suas habilidades, necessidades ou características individuais. O DUA busca promover o acesso igualitário aos conteúdos curriculares e aperfeiçoar a qualidade da aprendizagem. Entendendo o que é currículo segundo Freire (2001) baseado no diálogo e na conscientização. Outros teóricos também foram utilizados no embasamento do capítulo como: Saviani (2013), Thomaz (1999), Ferreiro (1988).

Segundo Freire (2001), os alunos devem ser incentivados a questionar a realidade social em que vivem e a buscar soluções para os problemas que enfrentam, esse pensamento dialoga com o objetivo de um currículo baseado no DUA não é apenas ensinar aos alunos um determinado campo de conhecimento ou um conjunto específico de habilidades, mas capacitá-los a se tornarem estudantes/aprendizes avançados, capazes de dominar continuamente o processo de aprendizagem.

Rose e Meyer (2002) discutem que há quatro componentes altamente inter-relacionados que constituem o currículo do DUA: objetivos, métodos, materiais e avaliação. No DUA, esses componentes são definidos de maneira diferente em comparação às definições tradicionais. Isso implica em desenvolver três características principais nos alunos: a) habilidades estratégicas e orientação para os objetivos; b) conhecimento aprofundado; e c) determinação e motivação para buscar sempre mais conhecimento. Ao planejar o currículo com base no DUA, os professores têm a oportunidade de eliminar possíveis obstáculos que podem dificultar o alcance desse importante objetivo pelos estudantes.

Desta forma, os materiais no DUA são vistos como os recursos utilizados para apresentar os conteúdos de aprendizagem e para que os estudantes demonstrem seu conhecimento. A principal característica dos materiais no DUA é sua variabilidade e flexibilidade. Eles oferecem diferentes formas de apresentação dos conteúdos, como glossários acessíveis por meio de hiperlinks, informações prévias e apoios integrados. Além disso, os materiais no DUA fornecem ferramentas e suportes para que os alunos possam acessar, analisar, organizar, sintetizar e demonstrar sua compreensão de várias maneiras. Esses materiais também oferecem caminhos alternativos para o sucesso, incluindo a escolha do conteúdo apropriado, níveis variados de apoio e

desafios, além de opções para promover e manter o interesse e a motivação dos alunos.

Para Ferreiro (1988), o conhecimento é emancipador se envolver a participação do aluno e se o professor for inicialmente um facilitador da reconstrução do conhecimento. Sua didática requer atividade e vínculo do aluno com o saber; em lugar de frontal, é distribuída entre professor e alunos. É o que acontece no DUA, pois o professor entende que existem diferentes propósitos de ensino e eles adaptados à diversidade de estudantes em cada contexto de sala de aula. A flexibilidade e a variedade no DUA é o que garante uma maior personalização do ensino por parte do professor para o estudante, levando em consideração as características individuais dos estudantes

Os objetivos no DUA são mais abrangentes e levam em consideração a diversidade dos estudantes. Eles não se limitam apenas a conteúdos específicos, mas incluem habilidades, conceitos e conhecimentos que todos os estudantes devem adquirir. Além disso, de acordo com Sebastián (2020) os objetivos no DUA são diferenciados na forma como são alcançados, oferecendo aos professores mais opções e alternativas para garantir que cada aluno alcance o domínio dos objetivos. Diferentemente dos currículos tradicionais, que se concentram apenas no desempenho e na transmissão de conteúdos, o DUA estabelece expectativas mais altas e atingíveis para cada aluno, permitindo que se tornem aprendizes avançados.

Segundo autor Luckesi (2005) a função da avaliação é realizar um diagnóstico da situação da aprendizagem, a fim de fornecer informações relevantes para embasar a tomada de decisão com o intuito de melhorar a qualidade do desempenho do aluno. No DUA é vista como um processo para coletar informações sobre o desempenho dos alunos, utilizando diferentes métodos e materiais para medir seus conhecimentos, habilidades e motivação.

Como afirma Hoffmann (1993), "A avaliação é uma reflexão permanente sobre a realidade, e acompanhamento, passo a passo, do educando, na sua trajetória de construção de conhecimento." Ou seja, avaliação tem como objetivo fornecer bases para tomada de decisões educacionais fundamentadas e melhorar o planejamento estratégico.

No DUA, a avaliação é ampla e articulada, levando em consideração a diversidade dos estudantes e a necessidade de reduzir ou eliminar barreiras para medir seus conhecimentos, habilidades e envolvimento. O foco da avaliação no DUA

não está apenas nos meios utilizados, mas sim nos objetivos a serem alcançados, permitindo o uso de ajudas e andaimes para facilitar a construção do conhecimento pelos alunos.

#### 4.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987).

Este capítulo visa apresentar para os leitores uma análise aprofundada sobre a formação de professores e as práticas pedagógicas, abordando conceitos, teorias e desafios pertinentes ao tema. Ao explorar os diferentes aspectos da formação de professores e suas implicações nas práticas pedagógicas, espera-se contribuir para o aprimoramento da formação docente e, conseqüentemente, para a qualidade do ensino. Essas contribuições práticas podem enriquecer a discussão e proporcionar insights para o desenvolvimento de estratégias eficazes de formação de professores e práticas pedagógicas.

A formação de professores e as práticas pedagógicas são temas de extrema importância dentro do contexto educacional. Sendo assim, é pertinente discutir no campo da EJA e da Inclusão a formação de professores e suas implicações nas práticas pedagógicas, abordando diferentes conceitos, teorias e abordagens que permeiam essa temática.

Para iniciar, é essencial compreender o conceito de formação de professores, destacando que esse processo envolve tanto a aquisição de conhecimentos teóricos quanto a prática em sala de aula. Desta forma, vamos discutir um pouco sobre as principais teorias que embasam a formação de professores, como a teoria do construtivismo, a teoria sociocultural e a teoria crítica.

A formação de professores é um tema fundamental quando se trata de discutir a qualidade da educação. Diversas teorias embasam esse processo, visando proporcionar aos educadores os conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para que possam atuar de forma eficiente e significativa em sala de aula. Uma vez estabelecido o conceito de formação de professores, é possível analisar as práticas pedagógicas que são desenvolvidas pelos docentes. Nesse sentido, podemos abordar sobre as diferentes abordagens pedagógicas, como a tradicional, a construtivista, a sociointeracionista e a pedagogia de projetos, por exemplo.

O construtivismo de Piaget (1964) propõe que o conhecimento é construído ativamente pelo aluno, por meio de suas interações e experiências. Nesse sentido, a formação de professores deve levar em consideração metodologias que privilegiam a participação ativa dos estudantes, a resolução de problemas, a construção de hipóteses e a reflexão sobre o próprio processo de aprendizagem

A teoria sociocultural, desenvolvida principalmente por Vygotsky (1995), enfatiza a importância do contexto social e cultural no processo de ensino-aprendizagem. Segundo essa perspectiva, a aprendizagem ocorre por meio da interação com outros indivíduos e com o ambiente, sendo mediada por instrumentos culturais, como a linguagem e os signos. Na formação de professores, é fundamental que sejam exploradas estratégias que fomentem a colaboração entre estudantes e entre estes e o professor, bem como o uso de recursos culturais e tecnológicos que ampliem as possibilidades de interação e aprendizagem.

A teoria crítica, por sua vez, traz uma perspectiva mais política e emancipatória para a formação de professores. Influenciada principalmente pelo pensamento de Freire (1968), essa abordagem propõe uma educação voltada para a transformação social e a superação das injustiças e desigualdades. Em sua obra, Freire destaca a importância do diálogo, da conscientização crítica e do engajamento dos educadores na luta por uma educação mais igualitária e libertadora. Nesse contexto, a formação de professores deve considerar não apenas os aspectos técnico-pedagógicos, mas também a reflexão sobre a própria prática, a sensibilização para as questões sociais e a busca por uma educação que promova a autonomia e a transformação dos alunos.

Portanto, ao discutir a formação de professores e suas práticas pedagógicas, é crucial levar em consideração as principais teorias que embasam esse processo, como o construtivismo, a teoria sociocultural e a teoria crítica. Incorporar os princípios de Paulo Freire, como o diálogo, a consciência crítica e a busca por uma educação libertadora, pode contribuir significativamente para a formação de professores comprometidos com a qualidade e a igualdade na educação.

É também necessário abordar as estratégias e metodologias utilizadas na formação de professores. Neste ponto, é possível explorar diferentes modelos de formação, como os cursos de licenciatura, programas de formação continuada e o papel das instituições de ensino superior nesse processo. Além disso, vale a pena

discutir a importância da reflexão e da prática reflexiva como componentes essenciais da formação de professores.

Outro aspecto relevante a ser abordado é a relação entre a formação de professores e as demandas atuais da sociedade e do mercado de trabalho. Nesse sentido, é interessante analisar os desafios da formação de professores frente às inovações tecnológicas e as demandas por habilidades do século XXI.

Braga (2015) destaca a relevância de Paulo Freire para o campo do currículo, da formação e da prática docente ao reconhecer os princípios da pedagogia libertadora presentes no trabalho entre professores e alunos. O autor ressalta que tais princípios são aplicados não apenas na sala de aula, mas também em toda a escola. Além disso, Braga destaca a importância do ciclo do conhecimento, que é reinterpretado como um ciclo de leitura.

Conforme Saviani (2013), o currículo deve ser concebido como um todo articulado, que busca atender às necessidades dos estudantes em relação à sua formação cognitiva e a sua inserção no mundo do trabalho. Outro aspecto fundamental sobre a formação de professores e as práticas pedagógicas é a valorização das potencialidades dos estudantes.

A formação de professores é um processo contínuo e complexo, que deve levar em conta as particularidades do contexto escolar e as necessidades dos estudantes. Nesse sentido, é importante que os professores desenvolvam habilidades como:

- Conhecimento sobre as necessidades educacionais especiais (NEE) e as estratégias de inclusão;
- Capacidade de adaptar os materiais didáticos e as metodologias para atender as NEE dos estudantes;
- Habilidade para trabalhar em equipe, envolvendo pais, colegas e profissionais da saúde na busca de soluções para os desafios enfrentados;
- Conhecimento e habilidades para lidar com a diversidade cultural, étnica, social e religiosa dos estudantes;
- Capacidade de avaliar e monitorar o desempenho dos estudantes, identificando suas necessidades e adaptando a intervenção pedagógica.

Além da formação de professores, é fundamental adotar práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão e a diversidade, tais como:

- Flexibilização curricular, que permite adequar o ensino às necessidades dos estudantes, respeitando suas diferenças;
- Adaptação de materiais didáticos, como livros, vídeos e jogos, para torná-los acessíveis a todos os estudantes;
- Uso de tecnologias assistivas, que auxiliam no acesso à informação e na comunicação dos estudantes com NEE;
- Trabalho cooperativo, que estimula a participação e a colaboração entre os estudantes;
- Metodologias ativas, que valorizam a participação ativa e criativa dos estudantes em todo o processo de aprendizagem.

Pimenta e Lima (2005/2006, p. 7) argumentam que “a profissão de professor também é prática. E o modo de aprender a profissão, conforme a perspectiva da imitação, será a partir da observação, imitação, reprodução e, às vezes, da reelaboração dos modelos existentes na prática, consagrados como bons.” Ou seja, a profissão de professor não é apenas teórica, mas também prática. Isso significa que além de adquirir conhecimentos teóricos sobre o ensino, é necessário aprender através da observação, imitação, reprodução e, em alguns casos, da reelaboração dos modelos existentes na prática, que são considerados como bons.

Os novos professores aprendem observando e reproduzindo as práticas dos professores mais experientes, que são vistos como modelos de comportamento eficaz na sala de aula. Ao observar esses modelos, os iniciantes podem absorver estratégias de ensino, métodos de comunicação e técnicas de gestão de sala de aula que se mostraram eficazes ao longo do tempo.

Faz-se necessário também que os professores iniciantes reelaborem os modelos existentes, adaptando-os de acordo com suas próprias experiências e contextos de ensino. Essa reelaboração é importante para que o professor desenvolva a sua identidade profissional e possa se expressar de maneira autêntica na sala de aula.

Sobre o professor aprender ao longo do contexto real da prática e por meio da experiência, Gauthier et al. (2006, p. 32) afirmam: "De fato, aprender através de suas próprias experiências significa viver um momento particular, momento esse diferente de tudo o que se encontra habitualmente, sendo registrado como tal em nosso repertório de saberes". Aprender ao longo das experiências, com a associação entre os conceitos das ciências da educação e o que o professor vivencia em sala de aula

tem grande significado no repertório de conhecimentos específicos ao ensino, ou seja, na constituição do saber professoral.

A educação inclusiva é um processo que busca garantir a igualdade de oportunidades a todos os estudantes, independentemente de suas habilidades, necessidades ou diferenças. Para alcançar esse objetivo, é importante investir na formação de professores e em práticas pedagógicas que estimulem a inclusão e a diversidade. Para Vygotsky (2000), é necessário que o professor se oriente pelo desenvolvimento da criança, e não apenas pelo conhecimento que ela já possui, o que implica em práticas pedagógicas diferenciadas, que atendam às suas necessidades e interesses.

A formação de professores e as práticas pedagógicas são temas fundamentais para a efetivação de um ensino de qualidade. Segundo Libâneo (2013), a formação docente deve ser contínua, abrangente e contextualizada, de modo que os professores possam estar preparados para lidar com as diferentes realidades sociais e escolares, possibilitando assim uma amplitude relativa aos seus saberes, aptidões, além das precisas adaptações relacionadas a sua vida profissional. O ato de questionar a sua própria prática pedagógica, investigando prováveis soluções quando necessário leva-o a refletir ao passo que aprende novas possibilidades. A busca pelo aperfeiçoamento da formação baseada no construtivismo, por exemplo, leva o profissional a desenvolver globalmente seus alunos e a si mesmo, pois:

Numa prática pedagógica pautada pelo construtivismo, é muito importante considerar que o caminho do sujeito rumo à aquisição do conhecimento objetivo passa por reestruturações globais, pela constituição de teorias por parte das crianças. Ao deparar com essas situações, cabe ao professor levar as crianças a perceber as contradições, desequilibrar-se e buscar superar essas contradições, ultrapassando, assim, sua antiga forma de operar (MORI, 1983, p. 24).

De acordo com Tardif e Lessard (2005, p. 44), a formação do professor, sendo uma “atividade marcada pelas interações sociais”, pelos “saberes oriundos da experiência”, saberes “enraizados na vivência profissional”, é um trabalho flexível e de incertezas, logo vão das escolhas epistemológicas de cada profissional. Acerca das políticas públicas desenvolvidas, Camargo (2017, p.4) afirma que:

Hoje, mais que a construção de políticas públicas, como o estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (BRASIL, 2009), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), etc., é o momento de

praticá-las, para a promoção de participação efetiva de todos os seres humanos, principalmente dos excluídos dos mais variados espaços sociais.

É a partir do fazer pedagógico do professor e de suas experiências, conhecimentos e formação que a ideia de Educação Inclusiva para alunos da EJA com deficiência pode ser refletida, pensada, ampliada, sensibilizada para a sala de aula. Nessa perspectiva, é importante destacar a importância da reflexão e da análise crítica das práticas pedagógicas. Para Paulo Freire (2011), é essencial que o professor compreenda que as suas ações em sala de aula são políticas, e que, portanto, devem estar de acordo com uma visão de mundo progressista e democrática.

Cabe destacar que a formação de professores e as práticas pedagógicas buscam formar cidadãos críticos, capazes de participar ativamente da sociedade. Como afirma Demo (2014), é importante que o ensino seja baseado na construção coletiva do conhecimento, que tenha como base o diálogo e a construção da autonomia dos estudantes.

É importante ressaltar que a inclusão não se limita ao ambiente escolar, mas deve se estender para toda a sociedade. Dessa forma, é fundamental que todos os profissionais envolvidos no processo educacional, bem como as famílias e a comunidade, estejam engajados nessa luta pela igualdade de oportunidades para todos. É preciso que o docente tenha uma visão integrada do currículo, que vá além da transmissão de conteúdos isolados.

## 5 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Neste capítulo, descrevemos o caminho metodológico seguido nesta pesquisa. Inicialmente, é descrita a abordagem qualitativa, fundamentada na pesquisa-ação, como foi a utilização da estratégia metodológica adotada e suas respectivas fundamentações. Em seguida, apresentaremos o contexto da pesquisa, que envolve o espaço (*lócus*) e os sujeitos participantes. Posteriormente, no tópico denominado “A Dinâmica Da Pesquisa”, abordaremos os processos da pesquisa, demarcando as sequências de ações que correspondem aos passos iniciais e aos desdobramentos finais da investigação, que culminará com um plano de intervenção.

### 5.1 ABORDAGEM QUALITATIVA

A abordagem qualitativa é adequada para esta pesquisa porque visa a compreensão dos fenômenos estudados, abrangendo aspectos subjetivos, culturais e sociais. O objetivo é explorar a realidade em profundidade, buscando conhecer as dificuldades enfrentadas pelos professores da Educação de Jovens e Adultos no processo de inclusão de estudantes com deficiência.

Acerca da pesquisa qualitativa, Bogdan e Bicklen (1982 *apud* Ludke e André, 1986, p. 11-13) inferem que:

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; Os dados coletados são predominantemente descritivos; A preocupação como processo é muito maior do que com o produto; O significado que as coisas e a sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador; A análise dos dados tende o processo indutivo.

O ambiente de coleta disposto à pesquisa qualitativa oportuniza o investigador obter dados, fazer análise e adquirir resultados imparciais e ativos, tal como se interpreta na fala de Goldenberg *apud* Gerhardt e Silveira (2009, p. 31-32) ao afirmar que:

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. [...] o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa.

Para Minayo (2009, p. 21) a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo dos

significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Enquanto Malhotra (2001) entende que ela “deve prover critérios e compreensão do problema com maior precisão”. Dessa forma, cabe ao pesquisador, nesta abordagem, explorar minuciosamente a temática para identificar e compreender fatos e/ou fenômenos que possam embasar a pesquisa.

É sabido por Nunes (2017), que a abordagem qualitativa é excelente para explorar fenômenos complexos de forma minuciosa, permitindo que o pesquisador obtenha uma compreensão detalhada de um determinado assunto. No caso deste trabalho, esse tipo de abordagem foi extremamente útil para entender as nuances envolvidas no processo de ensino-aprendizagem dos professores da EJA participantes da pesquisa que tem em suas salas de aula estudantes com deficiência.

Por ser uma abordagem que permite análises mais contextualizadas, a metodologia qualitativa foi útil neste trabalho para entender como a prática do DUA pode corroborar para incluir os alunos com deficiência da EJA.

Na abordagem do meu trabalho escolhi utilizar a pesquisa-ação como método de investigação. Esse tipo de pesquisa envolve um processo em que o pesquisador e os participantes trabalham juntos em um esforço colaborativo para identificar questões, desenvolver soluções e implementá-las. Na subseção seguinte deste trabalho, foi possível aprofundar mais nesse processo de pesquisa.

## 5.2 PESQUISA AÇÃO

A pesquisa-ação é uma estratégia metodológica que tem sido amplamente utilizada no campo da educação. Seu diferencial está na busca por produzir conhecimentos que conduzam à transformação de uma determinada realidade, em vez de se limitar à simples descrição da situação investigada. Os pesquisadores em educação podem produzir informações e conhecimentos mais efetivos ao incorporar os pressupostos metodológicos da pesquisa-ação em suas investigações.

Para deixar mais evidente a participação dos professores na escolha do tema e no processo da pesquisa, podemos destacar que desde o início do projeto, foi realizado um questionário inicial para identificar os pontos que precisavam ser abordados na trilha formativa. Essa etapa foi fundamental para que os docentes pudessem ter voz e influenciar a direção da pesquisa.

Com base nos resultados desse questionário, os professores puderam participar ativamente da construção da trilha formativa, adequando-a às suas necessidades e interesses. Eles foram capazes de selecionar previamente os conteúdos e as atividades que julgavam mais relevantes para o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas.

Ao final do projeto, foi aplicado um questionário final para que os professores pudessem avaliar sua participação na trilha formativa. Esse momento permitiu que eles expressassem como se sentiram em relação ao processo, compartilhando suas opiniões e sugestões de melhoria.

Thiollent (2011) destaca que a pesquisa-ação pode ser aplicada em diversos cenários educacionais, como na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o propósito de promover a emancipação e autonomia dos envolvidos. A pesquisa-ação permite realizar intervenções na realidade, favorecendo análises aprofundadas sobre os problemas enfrentados pelos educandos com necessidades especiais, com o objetivo de potencializar seu desenvolvimento cognitivo, social, político, crítico e acadêmico. No qual Thiollent (1986, p. 75) afirma como:

a orientação metodológica da pesquisa-ação, os pesquisadores em educação estariam em condição de produzir informações e conhecimentos de uso mais efetivo, inclusive ao nível pedagógico. Tal orientação contribuiria para o esclarecimento das microssituações escolares e para a definição de objetivos e de ação pedagógica e de transformações mais abrangentes.

Além disso, a pesquisa-ação também se destaca por sua capacidade de promover a participação e envolvimento dos participantes no processo investigativo, permitindo que assumam o papel de sujeitos do processo. De acordo com Thiollent e Colette (2014), essa metodologia é fundamental para desenvolver hábitos críticos construtivos nos atores envolvidos, que são essenciais na gestão e na produção de conhecimentos adequados.

Por todos esses motivos, optamos pela pesquisa-ação como estratégia metodológica nesta pesquisa. Seu potencial educativo e transformador, aliado à sua capacidade de aplicação em diversos cenários educacionais, incluindo a Educação Especial, justificam sua escolha. Adotamos a concepção de emancipação proposta por Thiollent (2002), que busca superar a subserviência, dependência, submissão, alienação, opressão, dominação e falta de perspectiva, permitindo que os indivíduos atuem na vida social com autonomia, liberdade e autorrealização.

Em virtude do que foi mencionados, decidimos, portanto, nos apropriarmos da pesquisa-ação enquanto estratégia metodológica por conta do seu potencial educativo citados acima, isto é: I) sua grande difusão no campo educacional; II) seu caráter investigativo e interventivo, alicerçado em diretrizes transformadoras; III) sua capacidade de produzir conhecimentos efetivos com foco na transformação e compreensão das dinâmicas socioeducacionais; IV) sua capacidade de aplicação em diversos cenários educacionais, inclusive na EJA; e V) a possibilidade que essa estratégia metodológica oferece em promover uma maior participação dos envolvidos na pesquisa.

Como visto, a pesquisa-ação é uma abordagem metodológica que combina a pesquisa acadêmica com a ação prática. Foi escolhido utilizar a pesquisa-ação para construção deste trabalho porque esta abordagem oferece a oportunidade de aprofundar o conhecimento teórico por meio da prática. Ao utilizar a pesquisa-ação, foi possível acompanhar o processo de formação dos professores em tempo real, identificar desafios e solucionar problemas que surgiram ao longo do processo de formação deles na Trilha Formativa pela plataforma PADLET. Além disso, essa abordagem possibilitou a reflexão sobre práticas pedagógicas, a revisão de conceitos e a busca por melhores estratégias de ensino.

Uma das principais razões para escolha dessa metodologia foi a possibilidade de envolvimento direto dos professores participantes no processo de pesquisa com suas opiniões, suas dúvidas e suas sugestões. A pesquisa-ação permite que os profissionais sejam sujeitos ativos, contribuindo com sua experiência e conhecimento prático. Dessa forma, os resultados obtidos têm maior chance de ter um impacto real e duradouro no contexto em que ocorre a pesquisa.

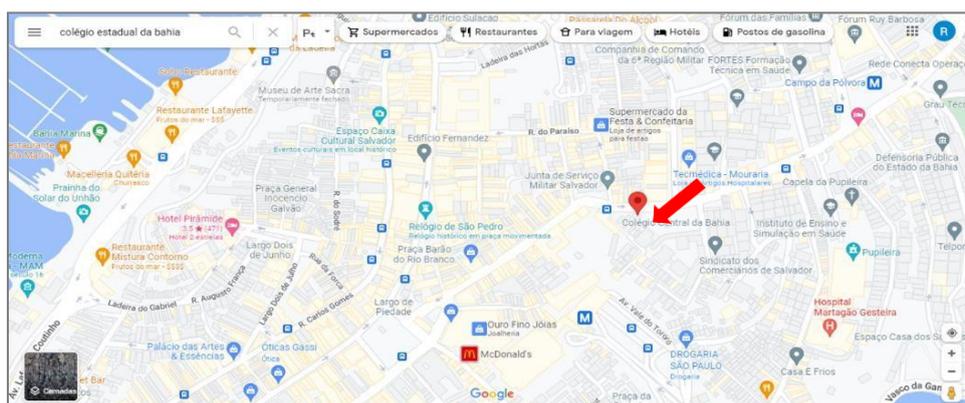
Um dos aspectos mais relevante foi a valorização das perspectivas dos professores. A pesquisa-ação envolve a escuta e a participação dos profissionais, permitindo que suas vozes sejam ouvidas e suas experiências sejam consideradas na busca por soluções. Essa abordagem valoriza a expertise dos envolvidos e contribui para a construção colaborativa de conhecimento.

Portanto, a escolha da pesquisa-ação para este trabalho foi motivada pelo desejo de promover transformação real e significativa no campo da educação, envolvendo todos os participantes de forma participativa e colaborativa.

### 5.3 LOCUS DA PESQUISA

O local escolhido para realização desta pesquisa é o Colégio Estadual da Bahia – CEB, situado na região central de Salvador (Figura 01). O colégio foi criado pelo ato nº 33, publicado no Diário Oficial do estado da Bahia em 7 de setembro de 1837. Historicamente, o colégio é pioneiro na implantação do ensino secundário na Bahia. Destaca-se também por ser o primeiro colégio público de ensino médio do Brasil. Atualmente, atende a duas modalidades de ensino, o Ensino Médio regular e a EJA, que compreende os segmentos Tempo de Aprender, Tempo Juvenil e o Tempo Formativo. Conta ainda com uma Comissão Permanente de Avaliação (CPA), que consiste em exames de certificação aplicados pela SEC-BA.

**Figura 01** - Localização geográfica do CEB.



Fonte: Google Maps (2023).

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2019, o colégio contava com aproximadamente 1.000 alunos matriculados no ensino médio regular e cerca de 200 alunos na EJA. O quadro de professores conta com aproximadamente 60 docentes, todos efetivos do Estado.

O tempo de aprendizagem no ensino médio regular é de 3 anos, divididos em 3 séries. Já na EJA, a duração do curso varia em função da idade e da formação escolar dos alunos, podendo chegar a 4 anos.

**Figura 02** - Sala de recursos multifuncional do CEB



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

**Figura 3** - Fachada do CEB



Fonte: Paul R. Burley (2019).

Em decorrência da pandemia desencadeada pelo SARS-CoV-2<sup>6</sup>, conhecido também como Covid-19, no ano de 2020, os sistemas de ensino, em sua maioria, adotaram o ensino remoto para atender as demandas educacionais, uma vez que se fez necessário manter o distanciamento social como medida para conter a disseminação desse vírus. O que impactou profundamente a Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente no CEB, causando evasões de alunos e mudanças significativas nas atividades com os estudantes com deficiência.

Nesse contexto, a Residência Pedagógica passou a atuar de forma remota junto aos alunos com deficiência, em parceria com o Programa de Educação Inclusiva PROGEI. Com a união de esforços e o comprometimento desses dois programas da UNEB, os 30 estudantes com deficiência que permaneceram no colégio puderam continuar frequentando as aulas e prosseguir em seus estudos, superando os desafios impostos pela crise sanitária. Graças à Residência Pedagógica e ao PROGEI, esses alunos não evadiram e continuaram com os seus estudos até os dias atuais.

O CEB adota o Tempo de Aprender que é um programa abrangente de alfabetização da EJA que visa melhorar a qualidade da educação nas escolas públicas do país. O programa utiliza diversas ações para aprimorar a formação pedagógica e gerencial de professores e gestores, oferecer materiais e recursos baseados em evidências científicas para alunos e profissionais da educação, aprimorar a avaliação individualizada da aprendizagem dos estudantes e valorizar os professores e gestores envolvidos na alfabetização.

A EJA na escola é organizada em dois segmentos. No EJA I, há três tempos de aprendizagem (TAP I, TAP II e TAP III) que totalizam 2.400 horas, distribuídas ao longo de três anos, com 200 dias letivos em cada ano e que correspondem ao Ensino Fundamental. No EJA II, há dois tempos de aprendizagem (TAP IV e TAP V), totalizando 2.000 horas, distribuídas em dois anos, com 200 dias letivos em cada ano e que correspondem ao Ensino Médio.

As informações do parágrafo anterior foram encontradas no site da escola, porém acredito que ele precise de uma melhoria significativa em sua elaboração, pois isso possibilitaria que um número maior de pessoas com deficiência tivesse conhecimento da existência da instituição de ensino. Atualmente, o site não menciona a sala de recursos multifuncional existente na escola, o que considero essencial para constar em suas informações.

Uma outra possível crítica é a falta de informações claras sobre a proposta pedagógica do EJA no site da escola, os objetivos de aprendizagem específicos para cada tempo de aprendizagem e como o currículo é estruturado ao longo desses anos deveriam estar disponibilizadas. Além disso, poderia ser informado como são aplicadas as medidas de apoio aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Com relação ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, não foram encontradas informações específicas sobre inclusão ou uma educação inclusiva. O site da escola apenas menciona a importância da participação da comunidade escolar na construção dele.

### **5.3.1 Colaboradores (Sujeitos) da Pesquisa – Os Professores da EJA**

Fizeram parte desta pesquisa cinco professores, do turno matutino, da Educação de Jovens e Adultos do Colégio Estadual da Bahia – Central e foram

exemplares em sua participação. Eles se mostraram solícitos e dispostos a colaborar com tudo o que foi proposto pela pesquisadora.

**Figura 04** – Representação simbólica dos participantes



Fonte: própria autora (2023). OBS.: Nomes Fictícios.

Os educadores estavam empenhados em compreender melhor as necessidades dos seus alunos com deficiência e em aprimorar sua atuação como professores inclusivos. Mesmo que muitos deles não dominem completamente os conhecimentos e práticas relacionados à inclusão escolar, eles se dedicaram a aprender e aperfeiçoar suas habilidades para melhor atender seus alunos.

Abaixo estão os quantitativos de alunos com deficiência atendidos por cada um dos professores. Segue uma explicação mais detalhada para que fique ainda mais claro:

- Professor João: Leciona em sala para um aluno com Baixa Visão, um aluno com Síndrome de Down, um aluno com Autismo Leve e uma aluna com deficiência não identificada (em processo de diagnóstico). Ao todo, são quatro alunos com deficiência em sua turma.
- Professor Tiago: Quatro alunos com deficiência intelectual, dois alunos com Transtorno do Déficit de Atenção (TDAH), uma aluna autista, um aluno com baixa visão. Total de oito alunos.
- Professora Marta: Leciona para um aluno cego, uma aluna cega e um aluno com deficiência intelectual em sua sala de aula. Totalizando três alunos com deficiência;
- Professora Raquel: Ensina para dois alunos com deficiência visual, um aluno com deficiência intelectual e uma aluna com o transtorno do aspecto autista. O total de quatro alunos com deficiência;
- Professora Miriam: informou ter três alunos com deficiência, dois com TDAH e um com deficiência intelectual. O total de seis alunos;

No geral os professores compreenderam a importância da proposta da pesquisa, se engajaram com a temática de forma cuidadosa e responsável. Ao longo do processo se mostraram conscientes de que a educação inclusiva é um tema de extrema relevância e que exige uma abordagem específica para ser de fato efetiva.

Assim sendo, a atitude dos professores que participaram da pesquisa foi exemplar, promovendo uma postura participativa e engajada na busca por uma educação inclusiva de qualidade. Todos eles merecem nosso reconhecimento e agradecimento pela disposição demonstrada e pelo valioso contributo para a melhoria da educação inclusiva em nosso país.

A entrevista com os professores participantes da pesquisa foi realizada durante o período matutino de 24 a 28 do mês de julho de 2023, devido à disponibilidade de horários da pesquisadora. Durante essa parte do dia, foi possível entrevistar todos os professores participantes da pesquisa, os quais já tiveram ou têm alunos com deficiência em suas salas de aula. Essa escolha do horário foi justificada pela necessidade de abranger o maior número possível de informantes, três professoras do sexo feminino e dois professores do sexo masculino, totalizando cinco participantes.

### **5.3.2 Dinâmica da Pesquisa**

A pesquisa intitulada "O Desenho Universal de Aprendizagem para Inclusão de Jovens e Adultos: Uma Experiência Formativa" foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa e de pesquisa-ação com os professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Colégio Central, que possuem alunos com deficiência. Os professores participaram de um programa de formação e responderam a dois questionários, um antes e outro depois de participarem da trilha formativa.

A dinâmica da pesquisa foi dividida em dois momentos distintos que são igualmente importantes para a sua compreensão e análise. No primeiro momento - o aporte teórico - tivemos a oportunidade de explorar as teorias que servem como base para a investigação em questão, compreendendo melhor os conceitos e ideias que se relacionam com o tema em estudo. Já o segundo momento será focado no procedimento metodológico, onde será descrito de forma minuciosa como a pesquisa aconteceu, desde as etapas de coleta e análise de dados até a interpretação dos resultados obtidos. Com essa divisão, foi possível um entendimento mais profundo e completo do trabalho realizado.

### **5.3.3 Aporte Teórico Da Pesquisa**

Os referenciais bibliográficos selecionados para discussão e análise nesta pesquisa tiveram como critério sua relevância e profundidade na abordagem dos temas aqui discutidos. Com base nessa premissa, para discorrer sobre a pesquisa bibliográfica Alyrio (2009), Vergara (2000), com a análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Sobre o Desenho Universal de Aprendizagem (DUA), as contribuições de Zimmermann e Kittel (2019) e Zerbato e Mendes (2021) que nos fornecem dados extremamente atualizados, completos e paralelos à realidade escolar atual, focando especialmente em docência e inclusão. Nas discussões sobre os pressupostos da Educação Especial e Inclusiva e a trajetória de vida das pessoas com deficiência ao longo da história, selecionamos os trabalhos de Correia e Santos (2020), Correia (2021), Díaz et al. (2009), Diniz (2007), Bonjour (2006), Mantoan (2015), Vargas (2002), Valência (2018), Pereira e Saraiva (2017), além de dispositivos legais e normativos publicados em território nacional e internacional. Apesar das

especificidades da EJA, tomamos como base os estudos de Amorim, Dantas e Faria (2016), Amorim *et al.* (2020), Arroyo (2005) a respeito das transformações que o mesmo julga necessárias para tornar a Educação de Jovens e Adultos "um campo de direitos e de responsabilidade pública", Maia, Paz e Dantas (2016), Freire (1996, 2002, 2013) Sua principal obra, "Pedagogia do Oprimido" em 1975, tornou-se referência na área ao propor uma educação que considera os anseios e contextos dos alunos, buscando a emancipação e o protagonismo dos sujeitos envolvidos no processo educativo, Santos, Pereira e Amorim (2018), Tardif e Lessard (2005) e MORI (1983) na visão epistemológica da formação de professores e na importância de se fazer um ideal construtivista nessas experiências formativas.

#### **5.3.4. O Procedimento da Pesquisa**

É uma pesquisa qualitativa que aborda o tema da inclusão, tendo como objetivo geral a compreensão das possibilidades pedagógicas do Desenho Universal da Aprendizagem (DUA) no processo de inclusão de jovens e adultos, pelos professores do Colégio Estadual da Bahia - Central. E específicos a) Discutir como ocorre a aplicação das atividades pedagógicas do aluno da EJA com deficiência considerando o Desenho Universal de Aprendizagem (DUA) e b) Identificar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) os aspectos epistemológicos, legais e históricos das práticas pedagógicas dos professores desse segmento.

Para iniciar, destaca-se que a pesquisadora iniciou a investigação estabelecendo diálogos importantes com a direção da escola, tendo como pauta a apresentação da pesquisa, sua importância e o compromisso ético da mesma.

Com o objetivo de atender aos critérios normativos da ética na pesquisa com seres humanos, esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sendo aprovada pelo referido comitê com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética de nº5.531.681 (ver o parecer completo nos anexos).

A seguir, foram enviados os documentos necessários contemplando o comitê de ética para serem assinados pela atual Diretora, para que então, a pesquisadora pudesse entrar em contato com os professores que seriam participantes da pesquisa, a fim de detalhar como seria desenvolvido o estudo e a apresentar a proposta de sua

participação inicialmente respondendo ao questionário de coleta de informações, depois na trilha formativa e por fim outro questionário com o intuito de avaliar como foi segundo eles participar da pesquisa. Durante a pesquisa alguns dispositivos foram utilizados, a seguir falaremos mais sobre eles.

## 5.4 DISPOSITIVO DE PESQUISA

### 5.4.1 Observação Sistemática

A observação sistemática da sala dos alunos do TAP I, consiste na coleta de dados que permitam ao pesquisador entender melhor a realidade e a dinâmica das interações do ambiente estudado. A observação sistemática é uma ferramenta importante para o pesquisador pois permite a obtenção de dados de forma controlada e organizada, possibilitando uma análise mais profunda sobre o assunto.

Como pesquisadora, dirigi-me à sala de aula dos professores participantes da pesquisa, a fim de realizar uma minuciosa observação de suas interações com os alunos com deficiência. Meu objetivo era coletar informações de alta relevância, como a forma como esses docentes se comunicavam com seus estudantes, como se inseriam nas atividades desenvolvidas, além de identificar se manifestavam algum tipo de preconceito ou discriminação.

Foi realizada uma minuciosa análise para descrever as atitudes e comportamentos dos professores em relação aos alunos, a fim de identificar possíveis lacunas na formação desses profissionais, assim como quais estratégias eles utilizavam para promover a inclusão desses estudantes no ambiente escolar.

Como uma pesquisadora cautelosa, tive o cuidado de realizar uma observação detida e sistemática, a fim de capturar as nuances dos eventos e comportamentos em questão. Assim, os detalhes de cada encontro foram meticulosamente registrados para uma análise aprofundada que permitisse compreender as escolhas dos professores e seus reflexos na vida dos alunos com deficiência

### 5.4.2 Questionário

Optou-se pela aplicação de questionários com questões abertas e fechadas como técnica de coleta de dados. Segundo Gil (1999, p.128), o questionário pode ser definido:

[...] como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

Visto isso, entende-se por principal função do questionário oportunizar ao pesquisador conhecer e compreender quais os conflitos e demandas dos sujeitos de pesquisa. A participação dos sujeitos neste instrumento e os dados a serem coletados são de fundamental importância na validação e constituição da pesquisa, trata-se de uma técnica muito utilizada tanto em estudos quantitativos quanto qualitativos, coloca Roesch (1999).

A) Elaboração do instrumento de coleta: O instrumento de coleta utilizado para a pesquisa consistiu em um questionário inicial, com treze questões abertas e uma de objetiva que foi aplicado por meio da plataforma Google Forms. Este questionário foi direcionado aos professores que atuam na área da Educação de Jovens e Adultos do Colégio Estadual da Bahia - Central, onde há alunos com deficiência matriculados.

As perguntas presentes no questionário abrangeram informações pessoais básicas, como endereço, idade e nome completo dos professores, além de questionamentos relacionados à formação e atuação deles, tais como tempo de formação e tempo de atuação como professor.

Posteriormente, foram inseridas questões específicas relacionadas à pesquisa, como a definição de deficiência e inclusão, os docentes informaram que os alunos apresentam diferentes tipos de deficiências, tais como deficiências visuais, auditivas, motoras, de aprendizagem e de linguagem. Eles ressaltaram que é fundamental identificar e compreender essas limitações para proporcionar um ensino inclusivo e personalizado, também mencionaram a importância de trabalhar em parceria com profissionais especializados, como psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, para garantir um suporte adequado aos estudantes com deficiência.

Foi perguntado também como os instrumentos utilizados pelos professores para incluir alunos com deficiência nas aulas. Foi questionado também se os professores conheciam o desenho universal de aprendizagem e a resposta unânime foi que não.

O questionário 1 foi aplicado com o objetivo de diagnosticar as necessidades de formação dos professores, identificando as lacunas e possíveis pontos focais de melhoria nas práticas pedagógicas. A partir das respostas obtidas, foi possível

perceber que havia uma demanda por uma formação continuada.

Com base nessas informações, a trilha formativa foi elaborada com o intuito de suprir essas necessidades, sendo o produto deste trabalho, oferecendo conteúdos e atividades voltados para o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias aos professores.

Uma trilha formativa é uma estratégia educacional que busca promover o desenvolvimento contínuo dos alunos por meio de atividades planejadas e sequenciadas. Essa abordagem visa fornecer aos estudantes uma jornada progressiva de aprendizado, permitindo que eles adquiram gradualmente as habilidades necessárias para atingir os objetivos de aprendizagem. Lembrando que as trilhas surgiram e foram inseridas como uma metodologia de ensino corporativo. Ou seja, elas eram voltadas para o desenvolvimento profissional, mas por conta do sucesso passaram a ser implementadas em outros ambientes que não o corporativo. Hoje, as instituições de ensino de todos os níveis (do básico até o superior) também se beneficiam da potencialidade deste método.

Assim, neste trabalho a trilha formativa ofereceu aos participantes a oportunidade de desenvolverem suas habilidades e aprimorarem as suas práticas pedagógicas. A flexibilidade da metodologia rendeu elogios dos professores participantes da pesquisa, pois o modelo colocou vários recursos e ferramentas à disposição como vídeos, e-book, legislações, slides, tudo em um único lugar.

O questionário 2, por sua vez, buscou avaliar a eficácia da trilha formativa implementada, identificando se as expectativas dos participantes foram atendidas e se houve uma melhoria no desempenho em sala de aula após a participação na trilha formativa. Além disso, esse questionário também teve como finalidade obter feedbacks a fim de que a trilha formativa pudesse ser ajustada para melhorar a experiência dos professores para possíveis implementações futuras.

Com a aplicação desses questionários e a implementação da trilha formativa, foi possível identificar as necessidades dos professores e oferecer o suporte necessário para o desenvolvimento de suas habilidades e competências. Ao avaliar a eficácia da trilha formativa, foi possível verificar a sua efetividade e identificar possíveis melhorias para futuros.

No próximo capítulo, abordaremos mais detalhadamente sobre a trilha de aprendizagem. Discutiremos sobre as etapas necessárias para desenvolver a trilha formativa, incluindo a definição dos objetivos de aprendizagem, a identificação de

conteúdo relevantes e a seleção de recursos de aprendizagem.

## 6 A TRILHA FORMATIVA

Neste capítulo, descreveremos de forma detalhada como foi construído o nosso plano de ação, uma trilha formativa cujo link é <https://padlet.com/progei2023/o-desenho-universal-de-aprendizagem-dua-na-pr-tica-pedag-gic-pyum28lkhwk74sb3> e que está inserida na plataforma *Padlet*. Essa apresentação visa fornecer uma abordagem mais aprofundada sobre o tema em questão, explorando os benefícios do *Padlet* para esta pesquisa e a importância da trilha formativa nesse contexto. Além disso, destacamos a relevância da análise dos dados obtidos por meio do Desenho Universal de Aprendizagem. Na próxima seção, passaremos para a análise dos dados do Desenho Universal de Aprendizagem para inclusão de jovens e adultos.

O *Padlet* é uma plataforma online que permite aos usuários criarem e compartilhar muros virtuais. Esses "muros" podem ser usados para compartilhar ideias, recursos, trabalhos, pesquisas e muito mais. Durante a pandemia, essa plataforma foi muito utilizada no ambiente escolar como uma ferramenta de ensino a distância. Professores e alunos puderam usar essa plataforma para compartilhar informações, colaborar em trabalhos e manter a comunicação ativa mesmo à distância.

**Figura 5** - Tela inicial da plataforma Padlet



Fonte: PADLET (2023).

O *Padlet* foi uma ferramenta muito útil para a adaptação das práticas pedagógicas durante o período de isolamento social. Com essa plataforma, os professores puderam oferecer uma experiência de ensino remoto mais interativa e engajadora para seus alunos. Sendo um excelente recurso para ampliar a participação

e o engajamento dos professores e alunos.

Por isso, “A trilha formativa” desta pesquisa foi construída no Padlet como um curso digital criado a partir das inquietações dos professores no questionário 1 de diagnóstico. Tendo como objetivo ajudar os cinco professores participantes da pesquisa a desenvolverem habilidades e competências necessárias para melhorar a sua prática pedagógica como um todo. O formato da trilha formativa é bastante flexível, o que permite que os professores tenham autonomia para decidir quando estudar de acordo com a sua disponibilidade.

Foi estabelecido um prazo de um mês para que todo o percurso seja concluído. Isso garante que os professores não deixem o curso para depois e, conseqüentemente, não acabem se distraindo com outras atividades. O prazo também promove a conclusão do curso por completo, garantindo que todos os conteúdos sejam assimilados adequadamente e ao final a conquista de um certificado de 20 horas.

**Figura 6 – Tela inicial da Trilha Formativa**



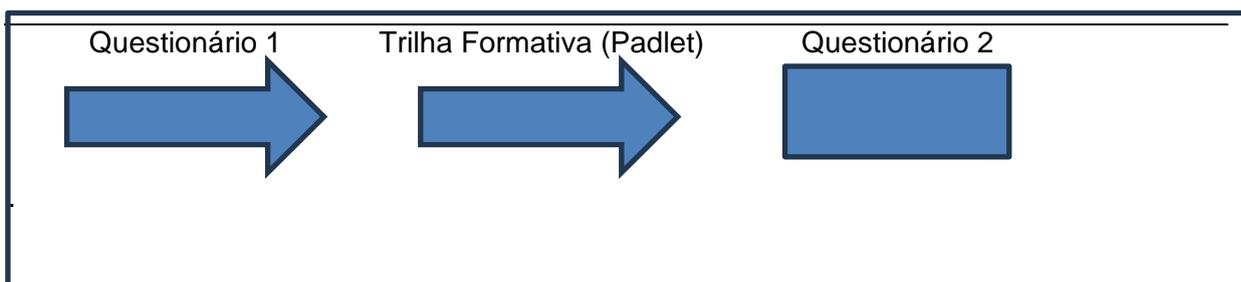
Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Além disso, a trilha formativa foi enriquecida com diversos recursos relevantes para a formação do professor, como vídeos explicativos “ATPC – Inclusão Escolar e o Desenho Universal Para a Aprendizagem” Slide de autoria da pesquisadora sobre o DUA, textos de apoio “Diretrizes Para o Desenho Universal de Aprendizagem de Eladio Sebastián-Heredero”, as legislações sobre a inclusão: O Plano Nacional de Educação (PNE), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), entre outros, questionários de avaliação e exercícios práticos. Esses recursos são apresentados ao

longo do curso de forma organizada e sequencial, facilitando a assimilação do conteúdo pelos professores.

Em suma, a trilha formativa foi uma forma eficiente e prática encontrada para auxiliar os professores no desenvolvimento de suas habilidades e competências, permitindo que eles sejam mais eficientes e qualificados na sua prática pedagógica.

**Figura 7** - Organização didático-metodológica do plano de ação



Fonte: própria autora (2023).

## **7 O DESENHO UNIVERSAL DE APRENDIZAGEM PARA INCLUSÃO DE JOVENS E ADULTOS: ANÁLISE DOS DADOS**

Esta pesquisa tem como propósito central compreender as possibilidades pedagógicas do DUA na inclusão de Jovens e Adultos por professores no CEB, desta forma vamos analisar como o DUA pode criar experiências de aprendizagem significativas. Partimos do pressuposto de que a aprendizagem é um caminho metodológico promissor para se trabalhar em uma perspectiva inclusiva (Correia, Costa, 2020), e ela pressupõe-se de três elementos estruturantes (Morais e Barbosa, 2020), a saber: tende a despertar o interesse e engajamento dos estudantes; propicia o compartilhamento de conhecimentos e habilidades; e contribui para o desenvolvimento de habilidades sociais.

A trilogia que foi realizada consistiu em três etapas importantes para análise: o questionário inicial, a trilha de aprendizagem e o questionário final.

O questionário inicial é o primeiro passo do processo e serve como uma forma de entender o conhecimento prévio e as expectativas do participante em relação ao assunto abordado. Essa etapa permitiu que obtivéssemos uma visão geral do ponto de partida dos participantes e identificar possíveis lacunas de conhecimento a serem trabalhadas ao longo da trilha de aprendizagem.

A trilha de aprendizagem é o elemento central da análise. Nesse processo, foi oferecido para os participantes uma sequência estruturada de materiais e atividades de ensino, visando promover o aprendizado de forma progressiva e direcionada. Durante essa etapa, foi possível observar o progresso e o desenvolvimento dos participantes, além de identificar quais recursos foram mais eficazes na construção do conhecimento.

Ao final da trilha de aprendizagem, foi realizada a terceira etapa da trilogia: o questionário final. Esse questionário tem como objetivo avaliar a aprendizagem obtida pelos participantes ao longo da trilha. Comparando as respostas do questionário final com as do questionário inicial, é possível analisar o ganho de conhecimento adquirido durante todo o processo.

Com esses três dispositivos de coleta de dados - o questionário inicial, a trilha de aprendizagem e o questionário final – foi possível avaliar o impacto da trilha no aprendizado dos participantes, identificar os pontos fortes e fracos do

processo e fazer ajustes necessários para outras ações de ensino e aprendizagem futuras.

A partir dessa premissa, dividimos a análise dos resultados nas diretrizes do DUA segundo Sebastián (2020): I) Representação (como o professor planeja) II) Ação (como ele implementa) e III) Expressão (como o aluno representa). Dessa forma, teremos subsídios para identificarmos se a Trilha Formativa elaborada pela plataforma PADLET desenvolvida nesta pesquisa têm o potencial de contribuir ou não no trabalho dos professores do CEB participantes da pesquisa e que têm na sua sala de aula alunos com deficiência, conforme preconiza Morais e Barbosa (2020) e defende Correia e Souza (2020).

Os resultados foram obtidos por meio da execução do plano de ação, que consistiu na implementação da Trilha de Aprendizagem na plataforma Padlet. O plano de ação teve início com a aplicação de um questionário inicial para ouvir os professores participantes, conhecer suas necessidades e criar estratégias para desenvolver a Trilha Formativa que atendesse a essas necessidades. Em seguida, os professores passaram pelo processo de realizar a trilha e, por fim, responderam a um questionário final para avaliar sua experiência e se perceberam benefícios em participar desse processo.

No final, os resultados apresentados a seguir foram produzidos pela conjunção de todos os instrumentos e técnicas aplicadas nesta pesquisa, qual seja: observação sistemática, o questionário inicial, o plano de ação, o questionário final e os registros da implementação do DUA em sala pelos professores participantes.

A pesquisadora optou por apresentar a análise dos dados de forma a utilizar alguns princípios do DUA: Representação, Ação e Expressão. Isso significa que serão utilizados métodos que permitam expressar os resultados da pesquisa de forma clara e objetiva, além de representar o significado dos dados de maneira precisa, demonstrando a sua relevância e significado. Serão destacados os principais pontos encontrados na análise, relacionando-os com o referencial teórico adotado.

## **I) Representação**

A representação envolve a forma como o conteúdo é apresentado aos estudantes. Ao utilizar diferentes modalidades de representação, como texto, imagens, áudios ou vídeos, é possível garantir que cada aluno possa compreender e processar as informações de melhor maneira. Além disso, é importante fornecer informações claras e organizadas, oferecendo suportes visuais, esquemas ou diagramas, por exemplo. Essas estratégias de ensino são fundamentais para garantir a compreensão dos alunos.

Segundo Haidt (2010), o termo estratégias de ensino é utilizado para referir-se aos meios e aos recursos pedagógicos escolhidos para alcançar os objetivos almejados. Ao planejar sua aula, é essencial que o professor leve em consideração a compreensão dos objetivos pelos alunos em relação às estratégias de ensino selecionadas.

Nos idos tempos, antes da implementação da trilha formativa, os professores vivenciavam um cenário em que o planejamento de suas aulas se direcionava, predominantemente, aos alunos considerados "normais". Para os estudantes com deficiência, existia uma atividade específica, quase sempre à parte do restante da turma.

Essa abordagem, embora fosse uma tentativa de adequar o ensino às necessidades dos estudantes, criava uma separação entre os alunos e podia, inadvertidamente, promover a exclusão e uma sensação de diferença. Infelizmente, isso perpetuava estereótipos e dificultava a inclusão plena desses alunos no ambiente escolar. Relato do Professor João no questionário inicial, antes da trilha:

“No meu planejamento eu sempre tento trazer uma atividade específica para os alunos com deficiência, adaptando o conteúdo da minha disciplina (matemática) para se tornar mais atrativo para eles.” (João)

Através dessa fala percebemos que apesar das dificuldades, o educador tentou buscar alternativas que favorecessem sua prática em sala de aula. Isso ocorre principalmente quando esse professor assumiu o seu papel de educar todo e qualquer aluno e isso é fundamental como apontam Barbosa e Gomes:

[...] Enquanto os docentes não modificarem e redimensionarem sua prática profissional para ações mais igualitárias, isto é, não se posicionarem efetivamente como responsáveis pelo ato de educar também alunos com necessidades educacionais especiais, o professor terá diante de si um obstáculo e não um estímulo para aproveitar todas as oportunidades de formação permanente. (BARBOSA, GOMES; 2006 p.8)

No caso de alunos com deficiência, essa adaptação e individualização do ensino se tornam ainda mais cruciais. O professor deve ter em mente as necessidades específicas do aluno com deficiência, identificando suas habilidades e limitações, e adaptar os materiais de aprendizagem para torná-los mais acessíveis e eficientes. Segundo Aranha e Silva:

[...] Pensar na Educação Inclusiva como uma possibilidade de construção de uma sala de aula melhor na qual alunos e professores sintam-se motivados a aprender juntos e respeitados nas suas individualidades, parece que realmente pode vir a ser um progresso na história da educação brasileira. (ARANHA, SILVA; 2005, p.4)

O uso de abordagens pedagógicas diversificadas, é indiscutivelmente, uma necessidade para garantir a igualdade de oportunidades. De forma que para que os educadores sejam capazes de implementá-las, é fundamental reconhecer em cada aluno a capacidade de aprender, promovendo assim uma educação de qualidade para todos os envolvidos.

No entanto, é importante ressaltar que a adaptação não deve se restringir apenas aos alunos com deficiência, mas sim a todos os demais estudantes da sala de aula. Ao criar atividades inclusivas para todos, que permitem a participação de todos, como fundamenta o DUA, o professor estará fortalecendo a ideia de que a diversidade é valorizada e que todos são capazes de aprender. Por isso, ao elaborarmos a trilha formativa abarcamos esse e outros pontos encontrados na fala dos professores.

A inclusão de alunos com deficiência em atividades compartilhadas com os demais alunos também tem um impacto positivo na autoestima e na sensação de pertencimento desses estudantes. Ao verem seus colegas realizando as mesmas atividades, eles se sentirão integrados e perceberão que são capazes de realizar as mesmas tarefas que os demais colegas.

Com a introdução da trilha formativa, os professores passaram a redirecionar seu planejamento pedagógico para uma prática mais inclusiva. A nova abordagem consiste em pensar em atividades que atendam a todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou deficiências. Agora, todos são igualmente considerados no processo de aprendizagem. O mesmo professor, após participar da trilha comentou no relatório final:

“Eu tinha um ideia equivocada , agora sei o que é inclusão de verdade, com o DUA percebi que o meu planejamento tem que está voltado para todos.”  
(João)

Esse novo olhar é fundamentado na ideia de que todos os estudantes são capazes de aprender, sendo necessário apenas oferecer diferentes formas de ensino e recursos. Assim, o planejamento das aulas é construído considerando as necessidades individuais de cada aluno, assegurando que todos estejam envolvidos e participem ativamente do processo educacional.

Essa mudança de paradigma tem se mostrado bastante positiva para o desenvolvimento dos alunos, pois permite que eles interajam entre si, compartilhem experiências e aprendam a valorizar as diferenças uns dos outros. Além disso, aumenta a empatia e a compreensão mútua, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

## **II) Ação**

Ao utilizar a ação como elemento de análise, investigamos como as atividades propostas pelo professor, que promovem a participação ativa dos estudantes, podem contribuir para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais. Por exemplo, podemos analisar como o uso de atividades práticas, como experimentos ou projetos, favorece a construção do conhecimento dos alunos. Como escreve Rosa (1999), é a partir dos problemas e interesses de nossos estudantes que podemos integrar novas informações e conceitos ao conhecimento do aluno.

A necessidade de oferecer escolhas aos alunos durante as aulas é uma estratégia que a diretriz da ação no DUA nos ensina, pois explorar o conteúdo de maneira mais pessoal estimula o interesse e o engajamento dos estudantes. Além disso, os alunos se sentem valorizados e empoderados em sua própria aprendizagem. Conforme explana o professor de história, participante da pesquisa:

"Aprendi com a trilha formativa que é essencial oferecer escolhas aos alunos ao longo das aulas de história, permitindo que cada um explore o conteúdo de maneira mais pessoal. A ação no DUA me ajudou a criar um ambiente

inclusivo, onde os alunos se sentiram valorizados e empoderados em sua própria aprendizagem." (Tiago)

Acrescentando, logo em seguida:

"Para implementar a ação no DUA, ofereci diferentes tarefas de pesquisa, como trabalhar com documentos escritos por exemplo." (Tiago).

Outro relato que nos chamou atenção positivamente, o relato do professor de geografia:

"Implementei a ação no DUA ao usar diferentes recursos visuais e tecnológicos durante as aulas. Incluí mapas interativos, vídeos e fotos para estimular o interesse e a compreensão dos alunos." (Pedro).

Lacerda Santos e Caetano (2011) abordam sobre a importância dos recursos visuais na prática pedagógica docente e afirmam que:

[...] a escola pode colaborar para a exploração das várias nuances da imagem, signo, significado e semiótica visual na prática educacional cotidiana, oferecendo subsídios para ampliar os "olhares" aos sujeitos e à sua capacidade de captar e compreender o "saber" e a "abstração" do pensamento imagético (LACERDA; SANTOS; CAETANO, 2011, p. 108).

Quando o educador Pedro comenta que incorpora o uso de imagens em suas aulas, é importante destacar que o letramento visual desempenha um papel fundamental no processo de ensino. É necessário trabalhar para que os alunos aprendam por consequência a funcionalidade crítica imagética, a interpretar e compreender seu significado. Isso requer tempo e exposição ampla, além de intervenções educacionais diversificadas.

Callow (1999) também enfatiza a importância de capacitar os alunos para interpretar e compreender o significado dos elementos visuais. De acordo com o autor, a leitura de textos visuais é um processo complexo que vai além da percepção visual, pois está intrinsecamente ligada às experiências de vida do observador, à intenção do autor e ao contexto cultural mais amplo dos participantes envolvidos.

**Figura 8** – Registro da aula de geografia que o educador se refere



Fonte: própria autora (2023).

De acordo com Peña (2001) há uma necessidade de o professor apropriar-se do conhecimento científico, de saber organizá-lo e articulá-lo, enxergando o outro, construindo com ele o alicerce do conhecimento, não só para servir a sociedade, mas para enaltecer a vida. Percebemos que a ação no DUA se tornou uma abordagem central nas práticas pedagógicas de ambos, eles demonstram ter compreendido a importância de utilizar recursos visuais e tecnológicos para enriquecer as aulas e engajar os alunos. Desse modo teremos uma educação crítica e transformadora.

O professor de Geografia da escola foi além ao mencionar o uso de mapas interativos, vídeos e fotos, provavelmente explorando diferentes formas de apresentação do conteúdo. Desta forma escreve Lembo (1975): o que cada aluno precisa são de condições apropriadas e adequadas, condições necessárias para aprender e desenvolver-se. O professor lançou mão de outras estratégias porque informou:

“Sentir a necessidade de ampliar os materiais de apoio para especificidades de cada aluno, a partir do momento que percebi o jeito singular de aprender de cada um.” (Pedro).

Já o professor de História Tiago destaca a importância de oferecer escolhas aos alunos, permitindo que cada um explore o conteúdo de acordo com seus interesses e necessidades. Ambas as abordagens podem contribuir para um ambiente de aprendizado mais personalizado, inclusivo e motivado.

Portanto, a utilização de diferentes estratégias de ensino, como o uso de mapas interativos, vídeos e fotos, e a oferta de escolhas aos alunos, são abordagens que podem aprimorar o processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais personalizado, inclusivo e motivador. Ao reconhecer as singularidades de cada aluno e oferecer condições adequadas para seu desenvolvimento, os professores demonstram um compromisso com a qualidade da educação.

Estas estratégias têm o potencial de transformar a maneira como os alunos absorvem e assimilam os conhecimentos, tornando-os mais participativos, engajados e motivados em explorar e compreender o mundo que os rodeia. Assim, acredita-se que o avanço no uso dessas estratégias pedagógicas pode contribuir para o desenvolvimento de uma educação mais efetiva e relevante para os estudantes, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

### **III) Expressão**

A expressão diz respeito às formas pelas quais os estudantes demonstram o que aprenderam. Oferecer opções de expressão possibilita que cada aluno mostre seu conhecimento de maneira mais adequada e confortável. Pode-se utilizar, por exemplo, escrita, fala, ilustrações, apresentações ou criações artísticas. Considero a expressão também como um momento fundamental do cotidiano social. Como lembra Glat (2009): “(...) o indivíduo existe e desenvolve sua identidade pessoal parte de um grupo de referência. É, portanto, através do relato de histórias de vida individuais que se pode caracterizar a prática social de um grupo (p.31).”

No CEB, a festa de Halloween foi um exemplo de expressão presente nas diretrizes do DUA focada na criação artística. Foi permitido neste evento que eles criassem suas fantasias, expressando sua criatividade e entendimento do conteúdo, os alunos tiveram a oportunidade de se envolver ativamente no processo de aprendizagem. De acordo com Glat (2009, p.17):

O homem é por princípio um ser social. A imagem que ele vê de si é a que lhe é refletida pelos espelhos-homens que o cercam. Pode-se dizer, portanto, que o autoconceito ou identidade pessoal de um indivíduo se forma e se desenvolve em grande parte em função das percepções e representações dos outros.

Além disso, ao decorarem a escola, os alunos estão exercitando suas habilidades de organização e trabalho em equipe e também trazendo a ideia de pertencimento, características importantes para o seu desenvolvimento acadêmico e social.

Nesse contexto dos estudantes, percebe-se que eles apreciam e valorizam momentos específicos que vão além de uma simples atividade escolar, caracterizando-se também como momentos de lazer entre os pares. É importante destacar que o lazer engloba uma gama de experiências agradáveis e relaxantes, que proporcionam prazer. Segundo Dumazedier (1983, p.34):

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares ou sociais.

Nesse sentido, quando os estudantes desfrutam desses momentos considerados por eles como terapêuticos e prazerosos, estão buscando uma forma de obter alívio do estresse e da pressão acadêmica, encontrando equilíbrio emocional e físico. Além disso, tais atividades podem servir como um escape do ritmo cotidiano, permitindo que eles se desliguem das preocupações diárias e se divirtam com algo de sua preferência.

**Figura 9** - Festa de Halloween



Fonte: Arquivo Escolar (2023).

Ao trabalharem juntos, professores e alunos podem compartilhar perspectivas e conhecimentos diferentes, enriquecendo a experiência de

aprendizagem para todos os envolvidos. Dessa forma, essa festa de Halloween que foi organizada pelos professores da pesquisa e seus alunos não apenas proporciona uma atividade divertida e temática, mas também promove a inclusão e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Outro evento marcante foi a apresentação musical que foi promovida no evento desenvolvido pelo próprio grêmio estudantil. A música é uma expressão artística poderosa que permite aos alunos explorar suas habilidades criativas e emocionais. A importância da música no ambiente escolar é vasta. Ela ajuda a desenvolver habilidades cognitivas, como a memória e a concentração, além de aprimorar a coordenação motora e a expressão corporal dos estudantes. Através da música, os alunos também podem aprimorar habilidades sociais, como trabalho em equipe, comunicação e respeito mútuo.

Ao relacionar a música com a representação do DUA, percebemos que ela oferece múltiplas maneiras de engajar os alunos em diferentes estilos de aprendizado.

A música pode se adaptar às necessidades individuais dos alunos, permitindo que eles aprendam de maneira mais personalizada. Percebi que os alunos com dificuldades de leitura que observei na sala antes de iniciar a dissertação, respondiam melhor a atividades que envolviam a música, como cantar ou tocar instrumentos e esse evento que ocorreu após a aplicação da trilha formativa e contou com a participação de mais alunos do que no Halloween, pois alguns não foram para o evento devido questões religiosas.

Além disso, a música também promove a inclusão e a diversidade, pois pode ser utilizada para explorar diferentes culturas e estilos musicais, ampliando o repertório dos alunos e incentivando o respeito à diversidade cultural. Essa abordagem inclusiva proporciona oportunidades iguais de aprendizado e participação para todos os estudantes, respeitando suas habilidades e interesses individuais.



Fonte: Arquivo Escolar (2023).

Portanto, a música no ambiente escolar desempenha um papel fundamental na promoção da aprendizagem significativa, na expressão de emoções e na inclusão de todos os alunos, ao se relacionar com o Desenho Universal de Aprendizagem. Através da música, os alunos têm a oportunidade de se expressarem, se engajarem e criarem laços com seus colegas, contribuindo para o desenvolvimento global de cada estudante.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste Trabalho de Conclusão de Curso, buscou-se investigar e analisar a aplicação do Desenho Universal de Aprendizagem (DUA) na inclusão de jovens e adultos, com foco em uma experiência formativa. A partir da revisão bibliográfica e da análise dos dados coletados, foi possível constatar a efetividade do DUA que promove o acesso, a participação e o aprendizado de todos os alunos, independentemente de suas características individuais.

Os resultados obtidos demonstraram que a implementação do DUA na educação de jovens e adultos contribui para a criação de ambientes mais flexíveis, adaptáveis e diversificados. Essa abordagem permite atender às necessidades específicas dos estudantes, favorecendo o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas, sociais e emocionais. Além disso, observou-se que o DUA promove uma maior interação entre os alunos, estimulando o trabalho colaborativo e a construção coletiva do conhecimento.

A experiência formativa analisada neste estudo revelou que os educadores envolvidos também se beneficiaram da aplicação do DUA em suas práticas pedagógicas. Eles relataram um aumento na motivação para ensinar e aprender, bem como uma melhoria na qualidade das relações interpessoais com os alunos. Esses resultados indicam que o DUA pode ser uma ferramenta valiosa para capacitar os educadores no processo de inclusão educacional.

As implicações desses achados são relevantes tanto para os profissionais da educação quanto para os formuladores de políticas públicas. O DUA pode ser utilizado como uma estratégia eficaz para promover a inclusão de jovens e adultos com diferentes necessidades educacionais, contribuindo para a redução das desigualdades e a promoção da justiça social. Além disso, a implementação do DUA pode auxiliar na formação de cidadãos mais críticos, autônomos e comprometidos com o bem-estar coletivo.

Este Trabalho de Conclusão do Mestrado Profissional evidenciou a importância do DUA para a inclusão de jovens e adultos em uma experiência formativa. Os resultados obtidos reforçam o potencial do DUA como uma abordagem pedagógica inovadora e inclusiva, capaz de transformar as práticas educativas e promover o sucesso acadêmico e social dos alunos. Nesse sentido, espera-se que este estudo

possa contribuir para a disseminação do DUA na educação brasileira, fomentando o debate sobre as melhores estratégias para garantir o direito à educação para todos.

Dispor de metodologias como o DUA e investir em estudos e pesquisas aprofundadas no tema é um passo fundamental para o processo de Inclusão no Brasil. Os recursos e práticas encontradas nessa proposta e em outras semelhantes evidenciam uma técnica não só funcional, como engajada no processo de aprendizagem e focada no desenvolvimento do ser.

A sua abrangência na área docente e no processo de planejamento do ensino destaca a força que essa metodologia tem sobre o currículo, a qualidade e o acesso à Educação. Diante todas as informações prévias coletadas na pesquisa bibliográfica dessa tese, é seguro afirmar que estudar e investigar a execução do DUA nas escolas, especialmente na Educação Inclusiva, será de grande valia para as pesquisas na área de ensino, graduações e formação continuada.

Visto isso, evidencia-se necessidade de aprofundar os estudos dessa pesquisa em campo, inserindo-se na realidade escolar e nas práticas que envolvem o DUA nas escolas públicas, abordando também a disposição de tecnologia nessas instituições e como a gestão escolar lida com essas possibilidades tanto no ensino regular como na EJA.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, M. M.; RIBEIRO, R.; SIMÕES, F. Universal Design for Learning (UDL): contributos para uma escola para todos. **Indagatio Didáctica**, v. 5, n. 4, p. 121-146, 2013.
- ARANHA, M. S.; SILVA S. C. Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 11, n. 3, p. 4, 2005.
- BARBOSA, A; GOMES, C. Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 12, n. 1, p. 8, 2006.
- BELARMINO, G. D.; BEDA, J. S. L.; FERREIRA, P. N.; GOYA, D. Critérios de Acessibilidade para Jogos Educacionais Digitais que visam o Desenho Universal. In: Simpósio Brasileiro de Informática na Educação, 32., 2021, Online. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. p. 667-678. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/sbie/article/view/18096>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- BRAGA, D. A. R. A infância como objeto da história: Um balanço historiográfico. **Revista Angelus Novus**, p. 31-49, 2015.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação - CNE. **Parecer CNE/CEB 11/2001**. Diário Oficial da União: seção 1, Santa Catarina, 2001, p. 69. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB011\\_2001.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB011_2001.pdf) Acesso em: 18 out. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm). Acesso em: 6 set. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado**: Elementos para a Formação de Coordenadores de Turmas e de Alfabetizadores. Brasília, 2011. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10022-diretrizes-principios-pba-secadi&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10022-diretrizes-principios-pba-secadi&Itemid=30192). Acesso em: 18 out. 2022.
- CALLOW, J. **Image matters**: visual texts in the classroom. Sydney: Primary English Teaching Association, 1999.
- CAMARGO, E. P. **Inclusão e necessidade especial**: compreendendo identidade e diferença por meio do ensino de física e da deficiência visual. São Paulo: Livraria da Física, 2016.

CORRÊA-TELLES, P. M.; RIOS, D. A.; QUEIROZ, F. M. M. G. D. Reflexões sobre a educação inclusiva a partir de um curso de formação sobre dua. In: Anais do 10º Congresso Brasileiro de Educação Especial, 2023, São Carlos. **Anais eletrônicos**, Campinas, Galoá, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee-2023/trabalhos/reflexoes-sobre-a-educacao-inclusiva-a-partir-de-um-curso-de-formacao-sobre-dua?lang=pt-br> Acesso em: 22 dez. 2023.

CORREIA, P. C. H. As práticas de inclusão na convivência com a pessoa com deficiência. **Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 8, n. 56, p. 315-326, dez., 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4980> Acesso em: 3 mai. 2022.

CORREIA, P. C. H.; COSTA, P. L. S. **Os modos de conviver como suporte da inclusão compreensiva**. In: COSTA, G. S.; RADJADELL-PUIGGRÒS, N.; NUNES, C. P. Educação e Inclusão: desafios formativos e curriculares. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2020.

COSTA, D. M. V.; ARAUJO, G. C. D. A campanha de educação de adolescentes e adultos e a atuação de Lourenço Filho (1947-1950): a arte da guerra. **Simpósio Brasileiro De Política E Administração Da Educação**. São Paulo, v. 25, p. 9, 2011. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0126.pdf> Acesso em: 09 out. 2022.

COSTA, L. M. L.; KITTEL, R.; FERREIRA, S. M.; SILVA, S. C. **Caderno de Estudos: Histórico, princípios e diretrizes do DUA. Estratégias pedagógicas com foco nos princípios do DUA. Segunda Tertúlia**. RS, 2022. 2ª. Edição. RS, 2022.

COSTA, L. M. L.; KITTEL, R.; FERREIRA, S. M.; SILVA, S. C. **Caderno de Estudos: Histórico, princípios e diretrizes do DUA. Estratégias pedagógicas com foco nos princípios do DUA. Primeira Tertúlia**. 1 Edição. RS, 2022.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Revista Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2216/1859> Acesso em: 10 out. 2022.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

FERREIRA, C. A. **Metodologia de Trabalho de Projecto na Formação de Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico**. In: FERREIRA, J.; SIMÕES, A. R. (Org.). Complexidade: um novo paradigma para investigar e intervir em educação? Actas do XV Colóquio Afirse/ Secção Portuguesa. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa/ Afirse- Secção Portuguesa, 2008.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogenese da língua escrita**. Porto Alegre: ArtMed. 1988.

FRANZI, J. **Aprendizagem Dialógica na Educação de Pessoas Jovens e Adultas**: Entrelaçando Experiência e Educação. IN: 33ª. Reunião anual da ANPED, 2010. Disponível em: <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT18-6566--Int.pdf> Acesso em: 07 dez. 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1974.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de jovens e adultos**: teoria prática e proposta. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 200. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf> Acesso em: 11 out. 2022.

GLAT, R. **Somos iguais a você**. 2 ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

GÓES, A. T.; COSTA, P. K. A. **Desenho Universal e Desenho Universal para Aprendizagem**: fundamentos, práticas e propostas para Educação Inclusiva. São Carlos: Pedro e João Editores, v. 1. p.172, 2022. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/site/wp-content/uploads/2022/03/DESENHO-UNIVERSAL-E-DESENHO-UNIVERSAL-PARA-APRENDIZAGEM.pdf> Acesso em: 10 out. 2022.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 108-130, 2000.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F.; CAETANO, J. F. **Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos**. In: Língua brasileira de sinais – Libras uma introdução. UAB-UFSCar. São Paulo, p. 103-118, 2011.

LEMBO, J. M. **Por que falham os professores**. E.P.U. São Paulo, 1975, 124 p.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem na escola**: reelaborando conceitos e criando a prática. 2 ed. Salvador: Malabares Comunicações e eventos, 2005.

MARCELO GARCÍA, C. **Pesquisa sobre a formação de professores. O conhecimento sobre aprender a ensinar.** Faculdade de Ciências da Educação, Universidade de Sevilha. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Trabalho apresentado na XX Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 1998.

NUNES, C.; MADUREIRA, I. Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas, Da Investigação às Práticas. **Da Investigação às Práticas: Estudos de Natureza Educacional**, Lisboa, v. 5, n. 2, p. 126-143, 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/299369627\\_Desenho\\_Universal\\_para\\_a\\_Aprendizagem\\_Construindo\\_praticas\\_pedagogicas\\_inclusivas](https://www.researchgate.net/publication/299369627_Desenho_Universal_para_a_Aprendizagem_Construindo_praticas_pedagogicas_inclusivas) Acesso em: 10 out. 2022.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de jovens e adultos.** Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1973.

PIMENTA, S. G. Formação de Professores - Saberes da Docência e Identidade do Professor. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v.22, p. 72-89, jul./dez. 1996. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/rfe/article/view/33579/36317>. Acesso em: 18 dez. 2023.

PLETSCH, M. D.; SOUZA, I. M. S.; RABELO, L. C. C.; MOREIRA, S. C. P. C.; ASSIS, A. R. **Acessibilidade e desenho universal aplicado à aprendizagem na educação superior.** Nova Iguaçu: OBEE, 2020. Disponível em: <https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/09/Acessibilidade-e-Desenho-Universal-Aplicado-%C3%A0-Aprendizagem-na-Educa%C3%A7%C3%A3o-Superior-final-okok.pdf> Acesso em: 18 dez. 2023.

ROSA, R. T. D. **Repensando o ensino de Ciências a partir de novas histórias de Ciências.** In: OLIVEIRA, D. L. Ciências nas Salas de Aula. 3 ed. Ed. Mediação, Porto Alegre, RS, 1999, 112 p.

ROSE, D. H.; MEYER, A. Teaching Every Student in the Digital Age. **Educational Technology Research and Development**, v. 55, n. 5, p. 521-525, 2002. DOI: 10.1007/s11423-007-9056-3 Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11423-007-9056-3> Acesso em: 18 dez. 2023.

ROSE, D. H.; MEYER, A. **A Practical Reader in Universal Design for Learning** Harvard Education Press: Cambridge. 2006.

ROSE, D. H., MEYER, A., HITCHCOCK, C. **The Universally Designed Classroom** Harvard Education Press: Cambridge. 2005.

SEBASTIAN-HEREDERO, E. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 26, n. 4, p. 733-768, out., 2020. Disponível

em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141365382020000400733&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382020000400733&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 30 jul. 2023.

SILVA, S. C.; ARANHA, M. S. F. Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 11, n. 3, p. 373-394, dez., 2005. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382005000300005&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382005000300005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 10 dez. 2023.

THOMAZ, T. **Documentos e identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

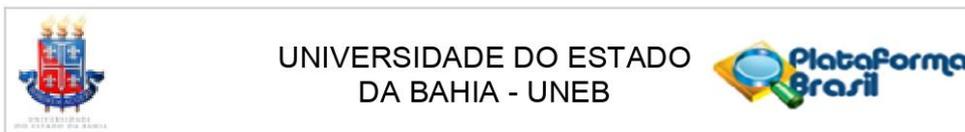
VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, p. 19, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147233730>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/XrThMT5Hhn6D9CSqcn3HHSM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 09 out. 2022.

ZIMMERMANN, N.; KITTEL, R. **Desenho Universal aplicado à Aprendizagem**: contribuições para o exercício da Docência Inclusiva. Florianópolis, 2019. Disponível em: [http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/22\\_11\\_2019\\_14.27.04.376aa2033ec5cd783c54c4fdbdbc3b78.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/22_11_2019_14.27.04.376aa2033ec5cd783c54c4fdbdbc3b78.pdf). Acesso em: 09 out. 2022.

## ANEXOS

### ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



Continuação do Parecer: 5.531.681

inclusão de Jovens e Adultos por professores do Colégio Estadual da Bahia - Central.

Objetivo Secundário:

1. Discutir como se dar a aplicação das atividades pedagógicas do aluno da EJA com deficiência considerando o Desenho Universal de Aprendizagem - DUA.
2. Identificar na Educação de jovens e Adultos - EJA aspectos epistemológicos legais e históricos das práticas pedagógicas dos professores desse segmento.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

O riscos e suas formas de minimização foram descritos dentro da eticidade no TCLE.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa exequível.

A metodologia proposta bem como os critérios de inclusão e exclusão e cronograma são compatíveis com os objetivos propostos no projeto.

O projeto solicita dispensa de TCLE com uma justificativa, conforme segue:

"os sujeitos da pesquisa não será crianças, adolescentes e/ou outros indivíduos legalmente incapaz de compreender e assinar documentos de consentimentos".

Comentário: A pesquisadora deveria retirar a solicitação de dispensa de TCLE, mais ao postar o TCLE novo demonstrou entendimento que não está dispensada a aplicação.

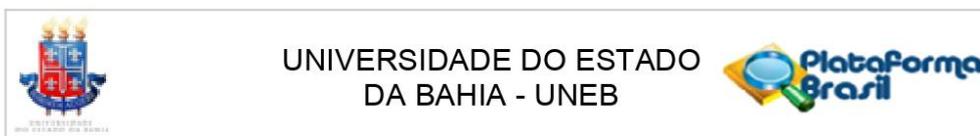
Instrumentos de pesquisa apresentado dentro dos aspectos da pesquisa.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Na perspectiva da eticidade, conforme segue:

- 1 – Termo de compromisso do pesquisador responsável: Consta no protocolo em conformidade;
- 2 – Termo de confidencialidade: Em conformidade;
- 3 – A autorização institucional da proponente: Adequada;
- 4 – A autorização da instituição coparticipante: Deveria estar no papel timbrado da instituição e não no papel timbrado da UNEB. Ainda assim, aceitaremos devido a identificação de quem assinou.

**Endereço:** Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,  
**Bairro:** Água de Meninos **CEP:** 40.460-120  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 5.531.681

- 5 - Folha de rosto: Em conformidade;  
 6 – TCLE: Adequado;  
 7 - Termo de Concessão: Dispensado por não coletar dados secundários não publicados;  
 8 - Termo de compromisso para coleta de dados em arquivos: Dispensado por não coletar dados secundários não publicados;  
 9 – Declaração de concordância com a execução do projeto de pesquisa: Em conformidade.

**Recomendações:**

Recomendamos ao pesquisador atenção aos prazos de encaminhamento dos relatórios parcial e/ou final. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos participantes, respeitando os princípios da autonomia, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade.

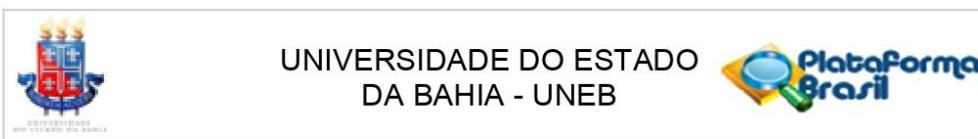
**Considerações Finais a critério do CEP:**

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto. 58851022.6.0000.0057

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1921722.pdf	06/07/2022 13:47:25		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoAutorizacao.pdf	06/07/2022 13:47:08	DANIELY CONCEICAO SOUZA ROCHA	Aceito
TCLE / Termos de	NOVO_TCLE.pdf	06/07/2022	DANIELY	Aceito

**Endereço:** Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,  
**Bairro:** Água de Meninos **CEP:** 40.460-120  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 5.531.681

Assentimento / Justificativa de Ausência	NOVO_TCLE.pdf	13:44:47	CONCEICAO SOUZA ROCHA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoNovo.pdf	06/07/2022 13:44:36	DANIELY CONCEICAO SOUZA ROCHA	Aceito
Outros	confid.jpeg	19/05/2022 14:28:56	DANIELY CONCEICAO SOUZA ROCHA	Aceito
Outros	concord.jpeg	19/05/2022 14:28:01	DANIELY CONCEICAO SOUZA ROCHA	Aceito
Outros	AUTPROPON.pdf	19/05/2022 14:27:07	DANIELY CONCEICAO SOUZA ROCHA	Aceito
Outros	termocompromisso.pdf	19/05/2022 14:26:14	DANIELY CONCEICAO SOUZA ROCHA	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	19/05/2022 12:56:43	DANIELY CONCEICAO SOUZA ROCHA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SALVADOR, 18 de Julho de 2022

---

**Assinado por:**  
**Aderval Nascimento Brito**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,  
**Bairro:** Água de Meninos **CEP:** 40.460-120  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** cepuneb@uneb.br

## ANEXO B – QUESTIONÁRIO 1

22/12/2023, 12:55

Questionário 1

### Questionário 1

Estudante do mestrado em Educação de Jovens e Adultos - MPEJA da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, realizando formulário para contribuição em sua dissertação.

\* Indica uma pergunta obrigatória

---

1. Email \*

---

2. Nome Completo \*

---

3. Idade \*

---

4. Endereço completo, inclusive CEP \*

---

---

---

---

---

5. Endereço de E-mail \*

---

6. \*  
Local de trabalho

---

22/12/2023, 12:55

Questionário 1

7. **Para você, o que é Deficiência? \***

---

---

---

---

---

8. **O que é inclusão para você? \***

---

---

---

---

---

9. **Fale-me sobre você. Qual sua formação, quanto tempo de formado e atuante na sala de aula. \***

---

---

---

---

---

10. **Você já teve em sua sala um(a) aluno(a) com deficiência? Se sim, qual? \***

---

---

---

---

---

22/12/2023, 12:55

Questionário 1

11. **Já fez algum curso sobre Inclusão? Se sim, como foi? Faça um breve relato. \***

---

---

---

---

---

12. **Quais instrumentos você utiliza para está contribuindo para a inclusão do seu aluno? \***

---

---

---

---

---

13. **Você conhece o Desenho Universal de Aprendizagem? Caso sim, como você trabalha com esse método? \***

---

---

---

---

---

14. **Você aceita fazer uma trilha formativa sobre o Desenho Universal de Aprendizagem? \***

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

[https://docs.google.com/forms/d/1lj\\_r5aZYPETF0l5l3ggw21XwpeVgbz0HtFHzesHGgJ0/edit](https://docs.google.com/forms/d/1lj_r5aZYPETF0l5l3ggw21XwpeVgbz0HtFHzesHGgJ0/edit)

3/5

## ANEXO C – QUESTIONÁRIO 2

22/12/2023, 12:56

Questionário 2

### Questionário 2

\* Indica uma pergunta obrigatória

1. Como foi a experiência de participar da Trilha Formativa para você? \*

---

---

---

---

---

2. Como a trilha sobre desenho universal para a aprendizagem e inclusão contribuiu para sua compreensão e prática como professor? \*

---

---

---

---

---

3. Quais aspectos do desenho universal para a aprendizagem você considera mais desafiadores de implementar em seu cotidiano como professor? \*

---

---

---

---

---

22/12/2023, 12:56

Questionário 2

4. Como você planeja compartilhar o conhecimento e as estratégias do desenho universal para a aprendizagem com outros educadores, a fim de promover uma cultura de inclusão nas escolas? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Opção 1

5. Ao olhar para o futuro, como você imagina que a implementação efetiva do desenho universal para a aprendizagem pode transformar a educação inclusiva? \*

---

---

---

---

---

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

## ANEXO D – O DESENHO UNIVERSAL DE APRENDIZAGEM – DUA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DA EJA

:Padlet

progei uneb 3/02/2023 ⇌

### O Desenho Universal de Aprendizagem- DUA na prática pedagógica dos professores da EJA

#### APRESENTAÇÃO

⇌ Essa trilha formativa tem como objetivo: **Contribuir para o desenvolvimento de práticas inclusivas de professores que trabalham com a Educação de Jovens e Adultos com Deficiência** trazendo as possibilidades pedagógicas do Desenho Universal de Aprendizagem - DUA na inclusão. É um convite à aquisição de novos conhecimentos, emergidos do contexto e da realidade da EJA a partir da pesquisa de mestrado intitulada **O DESENHO UNIVERSAL DE APRENDIZAGEM PARA INCLUSÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA**. Com aprofundamento de temas pertinentes a práticas inclusivas como elemento norteador a formação e atuação destes professores. Esta trilha formativa está vinculada a formação do Programa de Educação Inclusiva - PROGEI da Universidade do Estado da Bahia. Esperamos que este produto possa contribuir com o desenvolvimento de práticas inclusivas dos professores e sobretudo na aprendizagem dos jovens e adultos com deficiência. A formação do professor traz benefícios a toda comunidade escolar, oportunizando avanços pedagógicos aos estudantes.



#### Como participar da trilha formativa.

⇌ **SOBRE OS CURSO**  
Olá cursista

Neste curso você terá 3 momentos na Trilha:

1. O que é o Desenho Universal de Aprendizagem.
2. Legislações que versam sobre a Inclusão
3. A Formação Do Professor Para Uma Prática Inclusiva

**ATENÇÃO:** Ao terminar o percurso completará a carga horária de 20 horas, recebendo assim o seu certificado.

#### A inscrição:

Para começar precisará fazer a inscrição no formulário abaixo. Você receberá um email de confirmação de inscrição em até 5 dias úteis.

#### Formulário:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdrLaEclQ75GgotswA4f-yeIQtX4kpubOivtYA9meK5UNgfJw/viewform?vc=0&c=0&w=1&flr=0>

Observação: Sem esta ação você não estará inscrito.

**Começando o curso:**

1. Estude os textos de cada momento formativo, começando sempre em ordem cronológica - 1...2...3....
2. Ao final de cada momento deverá clicar no formulário para responder a avaliação;
3. Só poderá seguir para o Momento posterior se for aprovado. Portanto, em até cinco dias úteis, receberá um email liberando a sua continuação no curso;
4. Caso não seja aprovado, poderá realizar outra avaliação;
5. Ao final dos três momento receberá o seu certificado.

**Público alvo:**

Professores que trabalham na educação de jovens e adultos, que tenham em sua sala alunos com deficiência ou qualquer professor interessado na área de inclusão e da EJA.

**Obs.** para acessar o material de leitura basta clicar no texto.

**Bons estudos.**

**O QUE É O DESENHO UNIVERSAL DE APRENDIZAGEM?**

⇒ Começaremos agora o primeiro momento da nossa trilha. Leia o texto abaixo e estude o Slide anexado, em seguida responda o formulário.

Bons Estudos!!!

⇒ **DIRETRIZES PARA O DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM - ELADIO SEBASTIÁN-HEREDERO.** O texto de Eladio Sebastián-Heredero Professor Doutor Aposentado da Universidad de Alcalá (Alcalá de Henares-Espanha), apresenta diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que é uma abordagem pedagógica que visa tornar o ensino mais acessível e inclusivo para todos os alunos, independentemente de suas habilidades, deficiências ou preferências de aprendizagem. Entre as diretrizes estão a oferta de múltiplas formas de representação da informação, a diversificação das atividades e avaliações, o uso de tecnologias assistivas e a promoção de um ambiente de aprendizagem colaborativo e engajador. O autor destaca ainda a importância de se enfatizar a aprendizagem significativa e autônoma dos alunos, valorizando suas experiências, interesses e habilidades. Aproveite a leitura!!!



Dua - scielo

⇒ **O Desenho Universal de Aprendizagem - Por Daniely Rocha.**

Veja esse slide se você deseja ampliar seus conhecimentos sobre o DUA e aprender mais sobre como tornar o processo de ensino mais inclusivo e acessível. Você certamente irá se surpreender com as possibilidades que essa metodologia oferece e poderá aplicá-la em diversos contextos, seja na educação formal ou em outros ambientes de aprendizagem.



SLIDE DANY

⇒ **ATPC - INCLUSÃO ESCOLAR E O DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM**

<https://www.youtube.com/watch?v=G3QxxKNzPCg>

O vídeo a seguir aborda a importância da inclusão escolar e o uso do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) como uma estratégia inclusiva e eficiente para atender às necessidades de todos os alunos.

Como vimos anteriormente o DUA sugere que o design de aulas, materiais e atividades deve ser flexível e adaptável a diferentes estilos de aprendizagem, habilidades e experiências.

Dessa forma, garante-se que todos os alunos sejam capazes de acessar, compreender e aplicar o conteúdo. O vídeo ainda apresenta exemplos práticos sobre como aplicar o DUA na sala de aula e destaca a importância da formação dos educadores para uma prática inclusiva e eficiente.

Espero que gostem!!!

**REFERÊNCIA:** ATPC - Inclusão Escolar e o Desenho Universal para a Aprendizagem. [Vídeo online]. Produção de Canal ATPC. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=G3QxxKNzPCg>>. Acesso em: 04 abr. 2023.

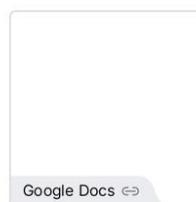


ATPC - INCLUSÃO ESCOLAR E O DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM

⇒ **Formulário 1**

Clique neste formulário para participar da avaliação do primeiro momento formativo:

[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeNJP-hcFg1qTQ3X626Bhc8qlp8q6AlxyMaHYoZwBNScPHgFg/vi ewform?usp=sf\\_link](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeNJP-hcFg1qTQ3X626Bhc8qlp8q6AlxyMaHYoZwBNScPHgFg/vi ewform?usp=sf_link)



viewform

## AS LEGISLAÇÕES SOBRE A INCLUSÃO

⇒ Começamos agora o segundo momento da nossa trilha. Estude os materiais abaixo e em seguida responda o formulário.



Bons Estudos!!!

---

⇒ Como vimos o Desenho Universal de Aprendizagem (DUA) é uma abordagem pedagógica que visa garantir que todos os alunos possam aprender, independentemente de suas diferenças individuais, necessidades e habilidades. Atualmente, não existe uma lei específica no Brasil que aborde a temática do desenho universal da aprendizagem. No entanto, alguns documentos oficiais que versam sobre a educação e a inclusão e que precisamos conhecer:

- **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** apresenta uma concepção de “políticas especiais” para tratar da educação de alunos com deficiência
- **O Plano Nacional de Educação (PNE)** lei brasileira que estabelece diretrizes e metas para o desenvolvimento nacional, estadual e municipal da educação
- **A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** sugerem a adoção de práticas pedagógicas que considerem as diferenças dos estudantes e promovam a acessibilidade e inclusão.
- **A Lei de Bases e Diretrizes da Educação Nacional (LDB)** esta lei brasileira traz a compreensão de que a educação deve ser realizada levando em consideração as diferenças individuais dos alunos, permitindo que todos tenham acesso a educação de qualidade e aprimorando o sistema educativo brasileiro.

Essas leis brasileiras destacam a importância da inclusão na promoção da igualdade de oportunidades educacionais e na garantia de que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

---

⇒ **Lei De Diretrizes e Bases - Atualizada 2023**  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)



Presidência da República  
 Casa Civil  
 Subchefia para Assuntos Jurídicos

**LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**

**Título completo**  
 (Vide Decreto nº 3.069, de 2003)  
 (Vide Lei nº 13.127, de 2023)  
 (Vide Lei nº 13.127, de 2023)  
 (Vide Lei nº 13.127, de 2023)

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

**Resumo**  
**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I**  
 Da Educação

**Art. 1º** A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Fica assegurada a educação básica, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação superior deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

**TÍTULO II**  
 Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

**Art. 2º** A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

**Art. 3º** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à diversidade;
- V - existência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional de educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e de legislação dos Estados, Municípios e do Distrito Federal; [\(Redação dada pela Lei nº 13.654, de 2022\)](#)
- IX - garantia de padrão de qualidade; [\(Vide Decreto nº 11.773, de 2022\)](#)

**Planalto** ⇒ no escudo: cultura, o trabalho e as práticas sociais.

L9394

⇒ **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).**  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)



**Planalto** ⇒

L13146

⇒ **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**



Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base

⇒ **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**

A implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é de responsabilidade dos estados e municípios, com o suporte do Ministério da Educação. A política é fundamental para garantir o direito à educação de qualidade para os alunos com deficiência, reconhecendo a diversidade como um valor fundamental para a construção de uma educação inclusiva e democrática.

\* [politicaeducespecial.pdf](#)

⇒ **Outras normas que você precisa conhecer e que amparam legalmente os direitos das pessoas com deficiência.**

As leis brasileiras de inclusão têm como objetivo garantir os direitos das pessoas com deficiência e promover a igualdade de oportunidades. Entre as principais leis de inclusão estão:

1. **Lei de Acessibilidade:** Lei que estabelece normas e critérios objetivos para a acessibilidade em edificações, espaços públicos, transportes, comunicações e serviços;

2. **Lei da Cota para Pessoas com Deficiência:** Lei que estabelece a obrigatoriedade de as empresas com mais de 100 funcionários contratarem pessoas com deficiência em um percentual mínimo de seus quadros;

3. **Lei da Língua Brasileira de Sinais (Libras):** Lei que reconhece a Libras como língua oficial das pessoas surdas no Brasil e obriga os serviços públicos a oferecerem atendimento em Libras.

Existem também outras iniciativas, políticas e programas governamentais que visam promover a inclusão e garantir os direitos das pessoas com deficiência.

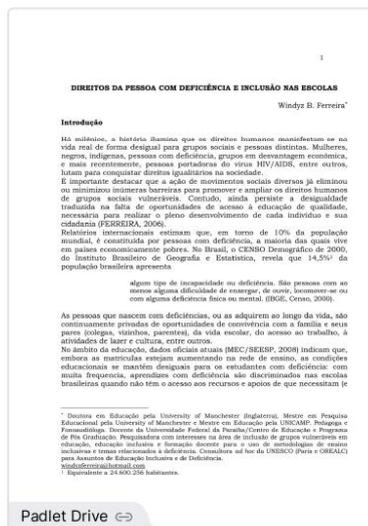
⇒ **Direitos Da Pessoa Com Deficiência e Inclusão Nas Escolas - Windy B. Ferreira**

O artigo "Direitos da pessoa com deficiência e sua inclusão na escola" aborda a importância da inclusão escolar de crianças e jovens com deficiência. O texto discute a legislação brasileira, que garante o direito à inclusão, e apresenta exemplos de práticas bem-sucedidas de inclusão escolar em diversos países.

Além disso, o artigo aborda a questão da acessibilidade nas escolas, que deve ser garantida para que a inclusão seja efetivamente realizada. São apresentadas medidas que podem ser tomadas pelas escolas para garantir a acessibilidade, como a adaptação de espaços e o uso de tecnologia assistiva.

O texto também destaca a importância da formação dos professores para a inclusão escolar. É necessário que os educadores estejam preparados para lidar com as especificidades das crianças com deficiência, além de conhecerem as melhores práticas de ensino para promover a inclusão.

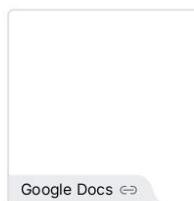
Tenham uma boa Leitura!!!



Direitos da pessoa com deficiência e inclusão nas escolas

⇒ **Formulário 2**

[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSf1ftP1wAKAKUv2iAjrNcwGszDL\\_MdZkH5wVM3j5iHiv-jzjg/viewform?usp=sf\\_link](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSf1ftP1wAKAKUv2iAjrNcwGszDL_MdZkH5wVM3j5iHiv-jzjg/viewform?usp=sf_link)



viewform

## A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA UMA PRÁTICA INCLUSIVA

⇒ Começamos agora o terceiro momento da nossa trilha. Estude os materiais abaixo e em seguida responda o formulário.

Bons Estudos!!!

⇒ A formação do professor para uma prática inclusiva envolve uma abordagem multidisciplinar que abrange aspectos teóricos e práticos. A inclusão educacional é um processo que busca garantir o direito de todos os alunos à educação de qualidade, independentemente de suas condições físicas, sociais ou cognitivas. Para que isso seja possível, é necessário que o professor tenha uma formação contínua que lhe permita atuar de forma eficiente em uma sala de aula diversa.

A seguir, apresentamos algumas das competências que os professores precisam desenvolver para promover a inclusão escolar:

**1. Conhecimento das necessidades educacionais**

**especiais:** O professor precisa estar familiarizado com as diferentes deficiências e necessidades educacionais especiais dos alunos, bem como com as estratégias pedagógicas mais adequadas para cada uma delas.

**2. Flexibilidade:** O professor precisa ser flexível e adaptar seu método de ensino às necessidades dos alunos, em vez de esperar que os alunos se adaptem ao seu método.

**3. Trabalho em equipe:** O ensino inclusivo requer trabalho colaborativo entre os professores para gerenciar as necessidades de cada aluno.

**4. Consciência cultural:** O professor precisa estar ciente das diferentes culturas presentes em sua sala de aula, respeitando e valorizando as diferenças.

**5. Tecnologia assistiva:** O professor precisa ter conhecimento das tecnologias assistivas disponíveis e como utilizá-las para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem.

**6. Planejamento individualizado:** Para que a inclusão seja efetiva, o professor precisa planejar o ensino individualizado, levando em consideração as necessidades de cada aluno.

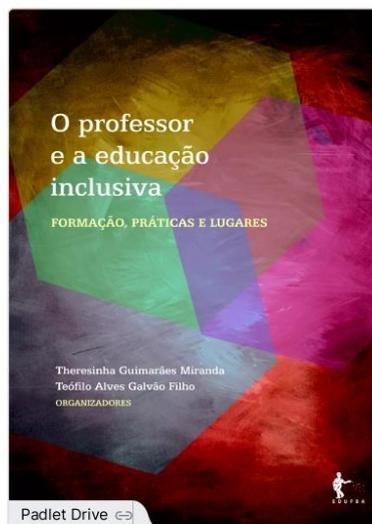
Em resumo, a formação do professor para uma prática inclusiva exige uma abordagem multidisciplinar que inclui aspectos teóricos e práticos. É crucial que o professor tenha conhecimento sobre as necessidades dos alunos com deficiências e necessidades educacionais especiais, desenvolva habilidades de flexibilidade, trabalho em equipe e consciência cultural, esteja familiarizado com tecnologias assistivas e planeje individualmente seu ensino.

⇒ **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.**

O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Theresinha Guimarães Miranda; Teófilo Alves Galvão Filho. 2012.

Dividida em três partes – Formação, Práticas e Lugares – O professor e a educação inclusiva propõe-se a discutir a temática a partir destas diferentes perspectivas. Dessa forma, trata dos aspectos da formação do docente que o habilitam a fomentar um ambiente de inclusão para o aluno com deficiência, das práticas, ferramentas e recursos que auxiliam o estudante nesse processo e também das instituições de ensino que vem obtendo bons resultados e servem de inspiração e exemplo.

Nesta obra destacamos os seguintes textos:



1. Formação docente e práticas pedagógicas: conexões, possibilidades e tensões. De: Denise Meyrelles de Jesus; Ariandna Pereira Siqueira Effgen.

o-professor-e-a-educacao-inclusiva

2. Reflexões sobre a formação de professores com vista a educação inclusiva. De: Lucía de Araújo Ramos Martins.

3. Educação inclusiva e preconceito: desafios para a prática pedagógica. De: José Leon Crochik.

4. Formação de professores e educação inclusiva frente as demandas humanas e sociais para que? De: Valdelúcia Alves da Costa.

5. Salas de recursos multifuncionais: é possível um serviço "tamanho único" de atendimento educacional especializado? De: Enicéia Gonçalves Mendes; Cícera A. Lima Malheiro.

---

⇒ **Educação e inclusão: Desafios Formativos e Curriculares**

Educação e inclusão: desafios formativos e curriculares. Graça dos Santos Costa; Núria Rajadell-Puiggròs; Claudio Pinto Nunes.2020.

Este livro traz um excelente e necessário diálogo sobre a inclusão educativa como um desafio para a formação de professores, enfatiza a educação especial com propostas específicas aos desafios, tanto na prática da sala de aula como na comunidade escolar; discute uma educação voltada ao desenvolvimento de projetos e programas e estabelece como meta o ensino na educação inclusiva.

Nesta obra destacamos os capítulo:

Capítulo 13 – Os modos de coMviver como Suporte da Inclusão Compreensiva. Patrícia Carla da Hora Correia; Patrícia Lessa Santos Costa...

---

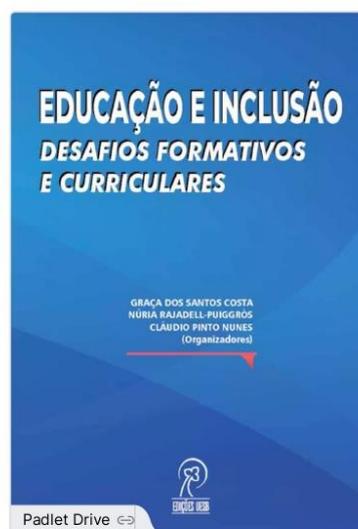
⇒ **Educação e Inclusão: Desafios  
Formativos e Curriculares**

Educação e inclusão: desafios formativos e curriculares. Graça dos Santos Costa; Núria Rajadell-Puiggròs; Claudio Pinto Nunes.2020.

Este livro traz um excelente e necessário diálogo sobre a inclusão educativa como um desafio para a formação de professores, enfatiza a educação especial com propostas específicas aos desafios, tanto na prática da sala de aula como na comunidade escolar; discute uma educação voltada ao desenvolvimento de projetos e programas e estabelece como meta o ensino na educação inclusiva.

**Nesta obra fizemos um recorte e destacamos os capítulos para vocês:**

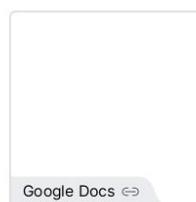
- Capítulo 2 - Persistência na Educação de Jovens e Adultos: reflexões sobre Currículo e Inclusão. David Mallovs e Graça dos Santos Costa.
- Capítulo 9 - Inclusão X Exclusão: o lugar da Educação de Jovens e Adultos nas Propostas Curriculares. Cristiane Alves da Silva, Diene da Silva Oliveira e Sônia Maria Alves de Oliveira Reis.
- Capítulo 13 - Os modos de coMviver como Suporte da Inclusão Compreensiva. Patrícia Carla da Hora Correia; Patrícia Lessa Santos Costa.



LIVRO\_EDUCACÃO INCLUSIVA\_DESAFIOS FORMATIVOS E CURRICULARES\_Capitulos 2\_9\_13

⇒ **Formulário 3**

[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScP5WDDXOKPAjqYqCQuIvzxsokVMCF94GKyyPArlZDnNj7wUA/viewform?usp=sf\\_link](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScP5WDDXOKPAjqYqCQuIvzxsokVMCF94GKyyPArlZDnNj7wUA/viewform?usp=sf_link)



viewform

